



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LEANDRO CESAR LEOCÁDIO

**DISPUTAS TERRITORIAIS E DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS:
OS CONFLITOS PELA TERRA NOS ARREDORES DE
PORECATU/PR - GUERRA, GUERRILHA OU REVOLTA?
(1940 – 2014)**

Londrina
2015

LEANDRO CESAR LEOCÁDIO

**DISPUTAS TERRITORIAIS E DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS:
OS CONFLITOS PELA TERRA NOS ARREDORES DE
PORECATU/PR - GUERRA, GUERRILHA OU REVOLTA?
(1940 – 2014)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina – UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Ivano

Londrina
2015

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

L576d Leocádio, Leandro Cesar.

Disputas territoriais e divergências conceituais : os conflitos pela terra nos arredores de Porecatu/PR – guerra, guerrilha ou revolta? (1940-2014) / Leandro Cesar Leocádio. – Londrina, 2015.
79 f. : il.

Orientador: Rogério Ivano.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Conflitos de terra – Porecatu (PR) – Teses. 2. Memória – Teses. 3. História conceitual – Teses. 4. Ressentimento – Teses. 5. História social – Teses. I. Ivano, Rogério. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 930.1

LEANDRO CESAR LEOCÁDIO

**DISPUTAS TERRITORIAIS E DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS:
OS CONFLITOS PELA TERRA NOS ARREDORES DE PORECATU/PR
- GUERRA, GUERRILHA OU REVOLTA? (1940 – 2014))**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina – UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rogério Ivano
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Jozimar Paes de Almeida
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Angelo Priori
Universidade Estadual de Maringá - UEL

Londrina, 22 de junho de 2015.

Leocádio, Leandro Cesar. **Disputas territoriais e divergências conceituais: os conflitos pela terra nos arredores de Porecatu/pr - guerra, guerrilha ou revolta?** (1940 – 2014). 79 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2015

RESUMO

As disputas pela terra que ocorreram no Norte do Paraná, de forma mais precisa onde atualmente concentram-se as cidades de Porecatu, Jaguapitã, Guaraci, Miraselva, Florestópolis, Alvorada do Sul, Centenário do Sul, Lupionópolis, Cafeara, terminaram em meados dos anos de 1950, mas outro confronto está em andamento nos dias atuais. Se entre as décadas de 1940 e 1950 os embates ocorreram no campo, no atual momento percebe-se um choque conceitual em jogo. Terá sido uma guerra? É possível caracterizar como um movimento de guerrilha? E por que não revolta camponesa? Pelo Jornalismo, Sociologia ou a História, nota-se a existência de uma tensão semântica que traz um questionamento primordial: como nomear este acontecimento? Nas linhas que se seguem, será possibilitada a oportunidade de perceber, tendo como aporte teórico a História Conceitual, que no presente cada campo disciplinar aqui estudado analisa as experiências disponibilizadas no passado, gerando uma expectativa nominativa futura acerca de como se referir a este evento histórico.

Palavras-Chave: Memória. Ressentimento. História Conceitual. Porecatu.

Leocádio, Leandro Cesar. **Territorial disputes and conceptual differences: the conflicts over land on the outskirts of Porecatu / pre - war, guerrilla or insurgency?** (1940 – 2014). 79 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2015

ABSTRACT

The land disputes that have occurred in Northern Paraná, more accurately where currently concentrate the cities of Brasília, Banbury, Guaraci, Miraselva, Florestópolis, Alvorada do Sul, South Centennial, Lupionópolis, Cafeara, ended in the mid of 1950, but another confrontation is in progress today. Between the decades of 1940 and 1950 the clashes have occurred in the field, at the current time it is noticed a conceptual shock in game. Was it a war? It is possible to characterize as a guerrilla movement? And why not revolt? By journalism, Sociology or history, note the existence of a semantic tension that brings a questioning paramount: how to name this event? In the following lines, will be provided the opportunity to understand, with theoretical Conceptual contribution history, that at present each disciplinary field here studied analyzes the experiences offered in the past, creating a future word mark on how to refer to this historic event.

Keywords: Memory. Resentment. Conceptual History. Porecatu.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I - GUERRA, GUERRILHA OU REVOLTA?	17
1.1 COMEÇO, MEIO E FIM: OS PRINCIPAIS APONTAMENTOS QUE DEFLAGRAM OS CONFLITOS PELA TERRA NO NORTE DO PARANÁ	18
1.2 MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E SILENCIAMENTO: O RESENTIMENTO QUE SURGE DE TAIS PREMISSAS	32
1.3 GUERRA, GUERRILHA OU REVOLTA: O OLHAR HISTORIOGRÁFICO, SOCIOLOGICO E JORNALÍSTICO	40
CAPÍTULO II - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	49
2.1 A HISTÓRIA DOS HOMENS INSERIDOS EM SEU MEIO SOCIAL.....	50
2.2 A HISTÓRIA POR DETRÁS DOS CONCEITOS: A HISTÓRIA CONCEITUAL	56
2.3 EXPERIÊNCIA PASSADA E EXPECTATIVA FUTURA: AS CONSTRUÇÕES DO PRESENTE ACERCA DE COMO NOMEAR O EVENTO AQUI ESTUDADO.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
FONTES	74
Fontes impressas (arquivo).....	74
Fontes impressas (teses, artigos e dissertações)	74
Fontes impressas (trabalhos jornalísticos)	75
CONSULTA WEBSITE	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

INTRODUÇÃO

Quando propõem-se a estudar algo tão complexo como as disputas territoriais ocorridas nos arredores em que, atualmente, concentra-se a cidade de Porecatu, e que, no passado, personagens das mais distintas esferas do social fizeram-se presentes – cada qual defendendo seus interesses –, faz-se necessário reportar-se às evidências deixadas não apenas pelos participantes efetivos desse acontecimento, mas também por aqueles que, posteriormente, debruçaram-se e colocaram no papel a impressão alcançada baseada em vasta pesquisa. Se o primeiro grupo sequer teve a intenção de deixar elementos passíveis para agora, passados tantos anos, serem analisados e estudados, com o intuito de se aventar a reconstrução deste episódio, o segundo vem travando, mesmo não sendo esta a intenção principal, um embate nominativo e conceitual.

A questão básica presente neste embate é: como nomear estas disputas territoriais? Guerra? Assim sugere o jornalista Pedro Paulo Felismino ao intitular a série de reportagens publicadas no jornal Folha de Londrina no início dos anos de 1980: *A Guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50*. Guerrilha? É a expressão utilizada tanto pelo sociólogo Osvaldo Heller da Silva em seu livro *A foice e a cruz*, em que disponibiliza um capítulo específico chamado de *Guerrilha de Porecatu: o evento fundador do Partido Comunista*, como pelo jornalista Marcelo Oikawa, que recentemente lançou seu livro *Porecatu, a guerrilha que os comunistas esqueceram*, fruto de anos de intensas pesquisas sobre os eventos aqui estudados. Revolta? Esta terminologia é defendida pelo historiador Ângelo Piori em sua tese de doutorado *A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)*.

Ao analisar os trabalhos citados no parágrafo anterior, é notório como este conflito não se fez presente apenas nas disputas travadas no âmbito rural, já que colocou, de um lado, posseiros aliados a militantes do PCB e, na outra ponta, fazendeiros e importantes autoridades locais e estaduais, todos

duelando pelas terras ricas do Norte do Paraná. A disputa estende-se a outro patamar, pois esses acontecimentos, depois das reportagens do jornal Folha de Londrina¹, deixaram os círculos de informação restritos aos quais estavam relegados e atualmente é conhecido, senão de todo o senso comum, pelo menos por uma parcela considerável de pessoas. O embate atual está na forma de nomear este fato histórico recente da história do Paraná.

Contudo, se compararmos a discussão existente hoje em relação a como nomear esse evento com a trajetória de consolidação da História como um campo científico acadêmico, podemos observar um significativo paralelo entre ambas reflexões, pois os estudos realizados sobre os conflitos nas cercanias de Porecatu acompanham as mudanças em relação às perspectivas teóricas pelas quais a historiografia vem passando. Desse modo, antes de compreender o assunto proposto para análise dessa dissertação, vamos acompanhar um pouco este percurso no campo disciplinar.

Estudar História na contemporaneidade envolve atenção à infinidade de informações que são repassadas através das mais diferenciadas fontes e, portanto, passíveis das mais distintas análises, desde que se esteja amparado aos pressupostos teórico/metodológicos condizentes com o objeto proposto para pesquisa.

Se se concentrar a atenção aos estudos realizados por historiadores do século XIX, que concentravam a atenção apenas em fontes ditas como oficiais, verifica-se o direcionamento de seus trabalhos no intuito de enaltecer os grandes feitos realizados pelos grandes homens da História. Ao agir dessa maneira, um número de possibilidades restritas sobre o passado era apresentado por eles ao final de uma pesquisa. De acordo com o paradigma tradicional reinante neste período,

¹ Vale ressaltar que essas reportagens foram publicadas no início dos anos de 1980, momento em que vários setores da sociedade brasileira mobilizavam-se com o intuito de pôr fim ao modelo político ditatorial presente no país. Dessa forma, ao contextualizar essa situação, é inegável a luta empreendida por uma abertura política em que a democracia pudesse, enfim, prevalecer e se fazer presente definitivamente, o que propiciou a muitos pesquisadores esmiuçar a história oficial que “calava” muitas “pequenas” histórias espalhadas Brasil afora. Entende-se, portanto, que esse momento político deu voz a essa e tantas outras histórias que estavam esquecidas (ou propositalmente silenciadas) nas lembranças de inúmeras pessoas.

[...] a história diz respeito essencialmente à política. [...] Embora outros tipos de história — a história da arte, por exemplo, ou a história da ciência — não fossem totalmente excluídos pelo paradigma tradicional, eram marginalizados no sentido de serem considerados periféricos aos interesses dos “verdadeiros” historiadores. [...] os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos. [...] a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história (BURKE, 1992, p. 11).

Assim sendo, para o historiador ligado à corrente historicista rankeana², por exemplo, ansioso tanto pelo reconhecimento profissional científico quanto por inserir definitivamente a História no panteão das disciplinas acadêmicas ditas científicas, qualquer possibilidade de estudar o passado onde a perspectiva política não fosse privilegiada era simplesmente rejeitada³. Cabe destacar que essa proposta tinha por princípio romper com os ditames impostos tanto pelo Iluminismo do século XVIII (sustentando a ideia do progresso como guia essencial para o futuro da humanidade) quanto do Positivismo oitocentista (inserindo no contexto iluminista a ideia de ordem), visando dar continuidade à proposta de universalidade pregada pelos pensadores iluministas.

Diferentemente dos pensadores iluministas e, posteriormente, dos positivistas, os historicistas não acreditavam na possibilidade de uma História Universal da humanidade, mas pensavam em uma História privilegiando a diferença, o movimento, o particular; reconhecendo a impossibilidade da existência de leis gerais para todas as sociedades espalhadas pelo mundo; preocuparam-se em elencar um padrão metodológico específico, distanciando-se dos utilizados tanto pelas Ciências Naturais quanto das Ciências Exatas; e, rompendo de vez com a herança recebida, reconheceram a impossibilidade da

² Profissional da história que, no século XIX, procurou guiar seus estudos baseados nas premissas ligadas ao paradigma historicista, colocadas em discussão principalmente pelo historiador alemão Leopold Von Ranke.

³ Isso porque os primórdios do Historicismo, além de conservador, tinha por interesse o desenvolvimento de uma História que privilegiasse os grandes Estados e suas relações, seja pela guerra ou através da diplomacia.

neutralidade do cientista social, destacando a existência da subjetividade daquele que estuda os eventos históricos.

Assim, enquanto o Iluminismo e o Positivismo

[...] buscavam frequentemente encontrar “leis gerais” para a explicação dos comportamentos e desenvolvimento das sociedades humanas, o Historicismo, de modo geral, abre mão desta busca, e procura se concentrar no particular, naquilo que torna cada sociedade singular em si mesma, nos aspectos que fazem de cada processo histórico algo específico (BARROS - Vol. II, 2011, p. 132).

Se aos historicistas destaca-se esse trabalho de rompimento com um modelo pautado dentro de uma perspectiva iluminista, diferentes vozes no século XIX se levantaram contra essa nova maneira de se pensar a História. Uma dessas vozes dissonantes foi a do filósofo extemporâneo Friedrich Nietzsche. Grande contestador dos historiadores de seu tempo, não cansou de os acusar de pautarem seus procedimentos investigativos nessas premissas então presentes no século XIX. Agindo dessa forma, contemplavam o passado por eles “construído”, fazendo da própria história um artigo de luxo, um precioso supérfluo do saber, um monumento a ser idolatrado, reverenciado e, desse modo, um modelo a ser seguido. Para Nietzsche, a maneira desses homens agirem transformavam o passado em um coveiro do presente, enfraquecendo o agora em detrimento de algo que um dia aconteceu.

Denominados por Nietzsche como homens históricos, o olhar desses pesquisadores ao passado

[...] os impele ao futuro, inflama seu ânimo a ainda por mais tempo concorrer com a vida, acende a esperança de que a justiça ainda vem, de que a felicidade está atrás da montanha em cuja direção eles caminham. Esses homens históricos acreditam que o sentido da existência, no decorrer de seu *processo*, virá cada vez mais à luz; eles só olham para trás para, na consideração do processo até agora, entenderem o presente e aprenderem a desejar com mais veemência o futuro. Não sabem quão a-historicamente, a despeito de toda a sua história, eles pensam e agem, e como até mesmo sua ocupação com a história não está a serviço do conhecimento puro, mas da vida (NIEZSTCHE, 1999, p. 274).

Tendo essa visão crítica para com o modelo de se escrever história presente no século XIX, Nietzsche nomeou os três fazeres históricos de seu tempo como história tradicional, história crítica e história monumental. Não economizou palavras para demonstrar sua aversão à carga negativa que se esconde por detrás de qualquer um desses caminhos. Essa trajetória, para Nietzsche, induz o historiador a seguir seu rumo às cegas.

Mesmo reconhecendo que a história monumental possa, de repente, servir como um estímulo para certos pensadores buscarem no passado aquilo que realmente é exemplar e importante de ser considerado para o futuro (BARROS - Vol. III, 2011, p. 188, 2011), Nietzsche volta sua crítica à maioria dos historiadores de seu tempo, já que estes teriam firmado uma parceria com um modelo de se pensar a história que

[...] sempre aproximará, universalizará e por fim igualará o desigual; sempre depreciará a diferença dos motivos e das ocasiões, para, às custas das *causas*, monumentalizar os *effectus*, ou seja, apresentá-los como modelares e dignos de imitação: de tal modo que, porque ela prescinde o mais possível das causas, poderíamos denominá-la, como pouco exagero, uma coletânea de efeitos em si, de acontecimentos que em todos os tempos farão efeito (NIEZSTCHE, 1999, p. 276).

Contemplando o passado tal qual a um monumento, esses historiadores modernos, dos quais em sua maioria Nietzsche nutria um especial desprezo, acreditavam na possibilidade de reviver no presente glórias concretizadas e conquistadas no passado. Nietzsche, definitivamente, não via com bons olhos essa possibilidade levada a cabo pelos historiadores de seu tempo, e destacava que

[...] enquanto a alma da historiografia residir nos grandes estímulos que um homem poderoso retira dela, enquanto o passado precisar ser descrito como digno de imitação, como imitável e como possível uma segunda vez, aquela alma estará em todo caso correndo o risco de se tornar algo distorcido, embelezado e, com isto, próximo da livre invenção poética (NIEZSTCHE, 1999, p. 281).

Para o historiador brasileiro José Barros D'Assunção, podemos analisar a proposta defendida e propagada por Nietzsche contra uma boa parte dos historiadores do século XIX da seguinte maneira:

[...] [que ela] rompa com a falsa continuidade histórica produzida pela tradicional noção de um tempo linear e contínuo impulsionado pelo progresso, e através do qual as épocas históricas se encadeiam umas às outras por meio dos grandes acontecimentos perseguidos pelos positivistas e historicistas tradicionais. [...] a História deveria ser abordada com um olhar que se coloca no presente e se lança para o futuro, [...] deveria ter uma “utilidade para a Vida”, e qualquer história que estenda seu olhar gratuito e vazio para o passado será considerada pelo filósofo alemão como uma “doença histórica” (BARROS - Vol. III, 2011, p. 166).

Em meio a esses embates teóricos e metodológicos nas décadas finais do século XIX e início do século XX foram agregando-se ao *métier* do historiador possibilidades cada vez mais interessantes em relação à utilização das mais diferentes fontes históricas. Dentre os vários exemplos que é propício citar a título de elucidação a esse fato, há o demonstrado pelo historiador Carlo Ginzburg no artigo *De A. Warburg a E. Gombrich: notas sobre um problema de método*. Ao analisar a metodologia explorada pelo historiador de arte alemão Aby Warburg na virada do século XIX para o século XX, Ginzburg procurou demonstrar a maneira díspar de análise documental empreendida na apreciação de vestígios históricos sequer cogitados como fontes históricas nesse período. Testamentos, tapeçarias, cartas de mercadores, quadros (tanto famosos quanto obscuros), xilogravuras, entre outros, este historiador moderno não mediu esforços na tentativa de responder ao seguinte questionamento: qual o significado da influência dos antigos para a civilização artística do primeiro Renascimento? (GINZBURG, 1991, p. 44).

Ao optar por considerar a obra de arte, seja ela famosa ou não, como uma importante fonte histórica a ser considerada pelos historiadores, não apenas Warburg, mas também outros historiadores deste período, deram os primeiros passos no sentido de romper com as tradições acadêmicas presentes no século XIX, inserindo na análise histórica dos eventos do passado um método diferenciado para sua época.

O século XX inicia-se com uma gama significativa de historiadores expandindo o campo metodológico das pesquisas históricas ao utilizar cada vez mais elementos até então descartados como fontes pelos historiadores modernos. Reconhecendo os homens em sua pluralidade como objeto da história, e tudo aquilo produzido por eles, o historiador deixava, aos poucos, seu ambiente de contemplação para com os monumentos históricos que ele mesmo construía para se entregar (tal qual o lendário ogro de Bloch que, insaciável, fareja por toda parte carne humana) à busca por vestígios deixados por esses homens. Se a história era vista apenas como uma ciência do passado, a partir desse momento passa a ser considerada como a ciência dos homens. A ciência dos homens, no tempo (BLOCH, 2002, p. 54-55).

Se a máxima acima ficou mais conhecida quando proferida pelo historiador francês Marc Bloch, é interessante destacar que tal preocupação já era pensada também por historiadores de outras partes do mundo, guiados basicamente pela mesma premissa: o ser humano inserido em seu tempo. É o caso, por exemplo, do historiador estadunidense James Harvey Robinson. No início do século XX ele já considerava que a [...] História inclui todo traço e vestígio de tudo o que o homem fez ou pensou desde seu primeiro aparecimento sobre a terra (BURKE, 1997, p. 20).

Assim, fontes até então descartadas simplesmente por não serem oficiais e, por isso, impossibilitadas de trazer a verdade do passado (como queriam os intelectuais modernos), passaram a auxiliar o historiador em seu trabalho. Se a produção historiográfica do século XIX limitava-se ao que Bloch chamou de testemunhos históricos voluntários (documentos deixados de forma proposital à posteridade), em meados do século XX testemunhos involuntários, ou seja, tudo aquilo que o homem “diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca”, passa a ser visto como passível de análise histórica (BLOCH, 2002, p. 54-55). É o início da tentativa pela compreensão da história, buscando elementos que privilegiem o social em detrimento a uma visão pautada apenas em aspectos políticos. Graças, portanto, a essa ampliação para com a utilização, o ofício do historiador, dos mais diversos vestígios deixados pelos povos do passado, é possível, na atualidade, trazer para discussão o embate existente em como nomear os conflitos realizados nas cercanias da cidade de Porecatu.

Dessa forma, nos dois capítulos a seguir ter-se-á a oportunidade de acompanhar duas situações: pressupostos vinculados à história em si, quais foram os motivos que levaram inúmeras famílias a se deslocarem de diversas regiões do Brasil para desbravar terras até então inóspitas, pouco ou nada exploradas; o conflito de terras sócio-político e quais as consequências geradas para a posterioridade acerca do “silenciamento” memorial imposto a esse evento - e quais seriam os motivos para existir, no presente, um campo de tensão semântica em relação a como nomear esse acontecimento histórico.

No primeiro capítulo, portanto, teremos a possibilidade de acompanhar as informações pertinentes ao conflito, mas também em relação aos momentos que antecederam as disputas territoriais: como a proposta governamental divulgada Brasil afora pelo governo de Getúlio Vargas conhecida como Marcha para o Oeste acabou incentivando a vinda de inúmeras famílias à região em questão; a disputa, em um primeiro momento, pautada na legislação entre os posseiros interessados em defender terras preparadas por eles para o plantio contra ricos latifundiários interessados nessas mesmas terras; e, posteriormente, a aliança firmada com o Partido Comunista Brasileiro e a consequente utilização de estratégias de defesa armada no intuito de evitar a perda de territórios dos quais os posseiros se consideravam os legítimos donos.

Em um segundo momento, temos as consequências geradas sobre um esquecimento e silenciamento memorial que perduraram cerca de trinta anos. Ou seja, os embates pela terra findaram-se em meados dos anos de 1950, mas até finais dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980 um silêncio imperou. Porém, se tal campanha obteve sucesso, isso não quer dizer que as pessoas que participaram diretamente desses conflitos, ou até mesmo seus descendentes diretos, tenham simplesmente esquecido ou colocado uma pedra sobre as memórias vinculadas à luta pela posse de terras. Esse tempo serviu para que um ressentimento fosse ganhando corpo no imaginário dessas personagens, fazendo com que as lembranças sejam constantemente vivenciadas e, por que não, ressignificadas.

Finalizando o primeiro capítulo, teremos uma reflexão acerca das nomenclaturas existentes na contemporaneidade acerca da nomeação a esse acontecimento. Pode-se classificá-lo como guerra, um movimento guerrilheiro

ou uma atitude de revolta por parte dos posseiros? Seja pela História, pela Sociologia ou pelo Jornalismo, esses conceitos são utilizados, cada qual sustentando uma nomenclatura vinculada ao campo disciplinar a qual pertence.

Já o segundo capítulo será direcionado para o ao que diz respeito sobre a utilização do conceito na perspectiva do historiador alemão Reinhart Koselleck, inserindo nesse debate a abordagem dos autores que discutem sobre os embates ocorridos no Norte do Paraná. Nesse momento, o foco será demonstrar a divergência de tratamento sobre esse assunto, já que cada qual, elegendo um conceito como forma de nomear este embate pela terra, nega os demais, fazendo com que uma convergência no uso deste ou daquele conceito seja impossível, pelo menos neste momento, de se realizar.

Observa-se a existência de um campo de tensão semântico na atualidade. Ou seja, do presente experiências passadas estão sendo analisadas, embasadas nas perspectivas em que cada campo disciplinar disponibiliza. Assim, uma expectativa futura é criada acerca de qual nomenclatura irá prevalecer para a posteridade. Ao tratar sobre esse acontecimento marcante para o Norte do Paraná, os embates não se restringem simplesmente às disputas pelas terras travadas entre os anos de 1940 e 1950. Agora, a disputa é outra. Analisar essa tensão nominativa é o propósito a ser contemplado nas linhas a seguir.

CAPÍTULO I
GUERRA, GUERRILHA OU REVOLTA?

1.1 COMEÇO, MEIO E FIM: OS PRINCIPAIS APONTAMENTOS QUE DEFLAGRAM OS CONFLITOS PELA TERRA NO NORTE PARANAENSE

A virada do século XIX para o século XX pode ser compreendida como um período caracterizado por intensos conflitos ideológicos, políticos e até mesmo no âmbito artístico. Em se tratando de Brasil, o país enfrentava, em praticamente todas as esferas sociais, significativas mudanças no sentido de se tentar romper com as amarras que nos ligavam a um passado de subserviência e servidão. Não eram poucas as regiões do Brasil que, em pleno século XX, ainda se encontravam em situação de total descompasso se comparado às novidades tecnológicas que surgiam mundo afora, modificando hábitos e costumes de uma gama significativa de seres humanos. Assim, vários setores de nossa sociedade buscaram acompanhar esse cenário de prosperidade que vigorava nas principais potências econômicas.

De modo mais específico, a virada da década de 1920 para a de 1930 nos apresenta um cenário intenso que pode, de modo sintético, ser aqui relatado no intuito de nos demonstrar como o conflito pairava em vários setores da sociedade brasileira: da premissa antropofágica apresentada pelos artistas da Semana de Arte Moderna ocorrida em fevereiro de 1922 à fundação, no mês seguinte, do Partido Comunista Brasileiro, o PCB; passando pelo Movimento Tenentista até fechar essa década com a crise estadunidense de 1929, afetando diretamente várias sociedades atreladas à perspectiva econômica vinculada ao capitalismo, tal qual o Brasil.

A significativa mudança que ocorreu em nosso território começa a se delinear com o advento do que comumente ficou conhecido como Revolução de 1930⁴, na qual um novo modelo de política, procurando se diferenciar daquele vigente na República, buscava se impor. Com Getúlio Vargas encabeçando a Aliança Liberal, união de inúmeros políticos questionadores ao modelo político predominante na época e conhecido como café com leite⁵,

⁵ A “política do café com leite” foi o apelido dado à forma como as oligarquias paulista (grande produtora de café) e mineira (além de grande polo eleitoral, grande produtora de leite) encontraram para se suceder no poder. Este modelo político foi praticamente predominante ao

temos, a partir de 3 de outubro de 1930, o início da chamada Era Vargas. A fim de romper com as amarras que ainda mantinham o Brasil atrelado a um sistema político dito arcaico, retrógrado, em que coronéis dominavam diversas regiões em nosso país, transformando-as em verdadeiros “currais” eleitorais, Vargas coloca em prática algumas importantes mudanças. Uma das primeiras iniciativas empreendidas por parte dos políticos atrelados a este novo modelo governamental

[...] foi o fechamento do Congresso Nacional e das assembleias estaduais e municipais e a deposição de todos os governadores de estado [...]. Em seu lugar foram nomeados interventores, pessoas de confiança do presidente. Com essas medidas, Vargas mudava substancialmente o funcionamento do sistema político, reestruturava os canais de acesso ao poder e, por medida de segurança, buscava corrigir a seu modo a descentralização administrativa e política da República Velha. Essas iniciativas, que começavam de maneira intuitiva, iriam depois se consolidar e gerar um modelo institucional, o modelo político da Era Vargas (D´ARAUJO, 1997, p. 20).

Inserir o Brasil nessa ordem progressista tão propagada no século XIX e XX não seria tarefa das mais fáceis. Nosso país tinha, recentemente, se tornado republicano e, no ano em que os políticos vinculados à Aliança Liberal tomaram o poder, a pouco completara cem anos de emancipação colonial. Se o Brasil somava pouco mais de três séculos de subserviência colonial para com a metrópole portuguesa, como um país independente, tinha pouco mais de um terço deste período.

Desse modo, não se pode deixar de constatar duas situações muito importantes: de um lado, o sistema republicano em vigência (de 1889 a 1930) tinha como interesse primordial a manutenção de uma ordem em vigor no território brasileiro desde o processo de independência; e, de outro, a existência, em muitas localidades Brasil afora, de movimentos de contestação para com esse sistema republicano, muitos inclusive desejosos do retorno ao Império. É o caso de Canudos e do Contestado⁶, por exemplo.

longo do período que se inicia com a proclamação da República, em 1889, e perdura até 1930, com o início da Era Vargas.

⁶ O Arraial de Canudos, que chegou aos seus anos de intensa ocupação (meados do século XIX) a ser considerada a segunda maior cidade da Bahia, com aproximadamente vinte cinco mil pessoas, foi a localidade escolhida por Antônio Conselheiro para reunir pessoas que

Ao ascender ao poder, não é difícil imaginar o vasto problema a ser enfrentado por Getúlio Vargas. E, dentre várias medidas adotadas pelo governo Vargas, a que interessa nesse momento é, justamente, a conhecida como Marcha para o Oeste.

Tal medida política visava o incentivo à ocupação de localidades ainda inóspitas, de mata fechada e de poucas comunidades onde a modernidade, já disseminada e muito presente nos grandes centros urbanos, ainda não havia chegado, era pouco ou nada exploradas economicamente pela irrefreável e avassaladora ordem progressista. Desbravar essas regiões que ficavam, em sua maioria, no Oeste brasileiro, era tarefa urgente. E a Marcha para o Oeste procurou atender esse preceito, sendo anunciada como a grande meta do Estado Novo⁷. As medidas propostas por tal política governamental

[...] enunciava uma ênfase na ocupação efetiva das terras brasileiras, como forma de reforçar a unidade nacional. Esse enunciado básico seria concretizado no incentivo às migrações das regiões densamente povoadas para as áreas vazias, servindo-se da população nacional para colonização do território. A prioridade seria a organização, pelo Estado, de colônias onde a pequena propriedade fosse predominante. A Marcha para o Oeste constituía-se, portanto, num discurso bastante condizente com o Estado autoritário nacionalista que se delineava desde 1930 (FERREIRA, 1984, p. 65-66).

Várias foram as regiões do Brasil em que observa essa medida governamental em prática. De norte a sul, pessoas de diversos lugares, inclusive vindas do exterior, foram incentivadas a desbravar tais localidades. Entretanto, é importante destacar que, se no papel, a Marcha para o Oeste pode ser vista como algo interessante para o desenvolvimento nacional, colocá-la em prática não se apresentou como tarefa das mais fáceis, já que havia, em várias dessas regiões, “proprietários” de terras adquiridas através de

compactuavam das mesmas ideias e se mobilizaram no intuito de defendê-las. Foram derrotados pelas tropas do Exército Brasileiro no confronto hoje conhecido como Guerra de Canudos. Já a Guerra do Contestado (que, assim como Canudos, teve a participação direta das forças militares, tanto do poder federal quanto do estadual), confronto esse que se deu entre as fronteiras dos estados do Paraná e Santa Catarina, foi um conflito que, além de contar com lideranças “messiânicas”, originou-se devido às disputas territoriais.

⁷ Período do governo Vargas que se estendeu de 1937 a 1945, caracterizado principalmente pela instauração de uma ditadura ao longo deste período e que, basicamente, não disponibilizava condições para outras forças políticas atuarem, somente aquelas diretamente controladas pelo governo (D'ARAUJO, 1997, p. 28).

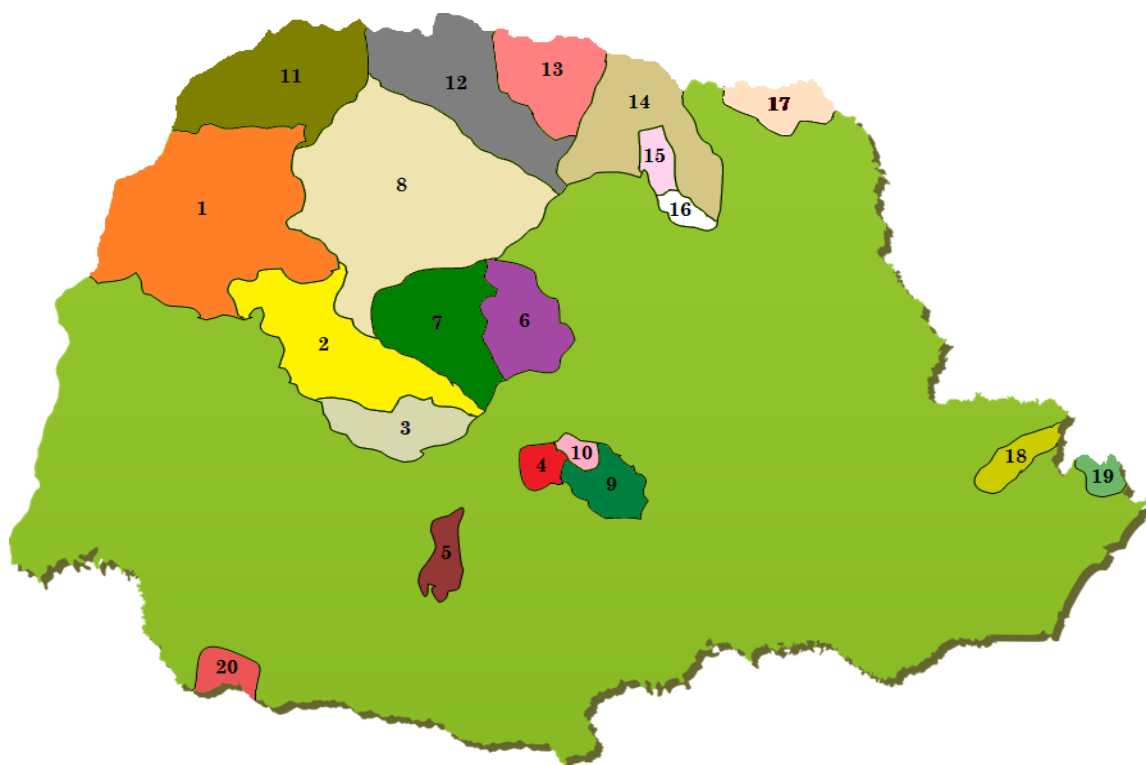
esquemas vinculados ao sistema de grilagem⁸, conquistado títulos e posses irregulares e, assim, autointitulando-se donos das terras destinadas a atender a essa política governamental. No Norte do Paraná, mais precisamente nos arredores onde hoje se localiza a cidade de Porecatu, em um território de aproximadamente 120 mil hectares, não foi diferente.

Há de se destacar que, no Paraná como um todo, tal política de ocupação de terras

[...] esbarra em muitas terras griladas, concessões em situação irregular, glebas enormes que permanecem incultas, intensa procura por terras pela extensão da cafeicultura e o crescimento do fluxo de migrantes que ocupam terras inabitadas e estabelecem suas posses. Um relatório da Interventoria Federal no Paraná ao Presidente da República relaciona 20 grandes grilos de terras no Estado num total de 2.434.567 alqueires (OIKAWA, 2011, p. 47).

No mapa do Estado do Paraná e no gráfico a seguir, avista-se melhor essa distribuição de terras baseada no sistema de grilagem e, de modo mais preciso, a região do Paraná onde os processos de ocupação irregular de terras se deram de modo mais intenso: o noroeste paranaense.

⁸ Dentre algumas explicações que envolvem a terminologia grilagem, a mais comum explica que, para envelhecer documentos novos e transformá-los em “antigos”, era necessário colocá-los em uma gaveta ou caixa com grilos dentro por alguns dias. Após esse período, os documentos acabam por adquirir uma aparência amarelada devido a excrementos e ruidos cometidos pelos insetos. O objetivo de tal processo é fazer com que esses documentos passem a ter uma aparência antiga, garantindo, em tese, sua autenticidade.



Mapa da colonização dos 20 maiores grilos do Estado do Paraná.

Fonte: Fórum da Comarca de Porecatu. Processo 228/50; Westphalen, 1968. In.: OIKAWA, 2011, p. 50.

Quant.	Grilos	Alqueires Paulistas	Quant.	Grilos	Alqueires Paulistas
01	Reconquista	446.280	11	Boa Esperança	225.980
02	Guarivova	171.000	12	Pirapó	369.570
03	São Manuel	71.000	13	Ribeirão Vermelho	45.000
04	Boa Ventura	15.000	14	Barra do Tibaji	148.290
05	Laranjeiras	38.000	15	Tigre	17.660
06	Ubá	100.000	16	Barra Bonita	16.270
07	Corumbataí	216.300		Pontal do Rio das	
08	Bandeirantes	403.740	17	Cinzas	13.590
09	São João do Rio Claro	30.000	18	São João do Rio Pardo	38.000
10	Colônia de Baixo	5.887	19	Ipiranguinha	21.000
			20	Flores Conceição	22.000

TOTAL DE TERRAS GRILADAS: 2.444.567 de Alqueires Paulistas

Fonte: Fórum da Comarca de Porecatu. Autos do Processo 228/50.

In.: OIKAWA, 2011, p. 50.

As informações descritas acima envolvendo processos de grilagem de terras se deram, em grande parte, pelo fato de, no início do século XX, o

Estado do Paraná ter concedido, principalmente às empresas particulares, uma grande quantidade de terras com o propósito de colonizá-la. Contudo, após relatório realizado posteriormente à Revolução de 1930, averigua-se que

[...] tais concessões resultaram em verdadeiros fracassos para os serviços de colonização, havendo prevalecido por parte dos concessionários unicamente o interesse especulativo, a ambição de fazer fortuna rápida muito embora para tal se impusesse o sacrifício do objetivo altruístico da colonização. O governo, não obstante, interveio a tempo de salvar pequena parte do seu rico patrimônio, por meio de moralizadores decretos de anulação dessas concessões⁹ (PRIORI, 2000, p. 79).

Conclui-se, pois, que se o interventor do Paraná, Manoel Ribas, nomeado pelo próprio Getúlio Vargas, tinha pretensões de colocar em prática a proposta governamental da Marcha para o Oeste, teria que resolver este imbróglio antes. Alguns decretos foram elaborados no intuito de exterminar tais concessões, como o Decreto Estadual nº 800, datado de 08 de abril de 1931, tendo por objetivo colocar, impreterivelmente, o Estado como o principal agente responsável por fiscalizar e colonizar os negócios referentes às terras. Esse decreto findou as artimanhas fraudulentas de grilagem de terras e possibilitou, a partir de 1939, com a publicação da Portaria Nº 8.568, que uma nova fase no processo de colonização de terras iniciasse no Paraná (COSTA, 1976, p. 819). No Norte do Estado, as colônias de Içara, Jaguapitã, Centenário e Paranavaí são fundadas (PRIORI, 2000, p. 81). Com essas medidas, o Estado do Paraná acabou entrando

[...] em consonância com os preceitos políticos da Marcha para o Oeste do governo Getúlio Vargas, visando intensificar a produção e a diversidade agrícola no país, além de promover “sem violência” a extinção do latifúndio e incrementar o povoamento de zonas rurais de fronteira e terras devolutas, através da pequena propriedade e do assentamento do trabalhador nacional, então transformado em proprietário (PRIORI, 2000, p. 83).

⁹ DEAP. Relatório apresentado pelo Sr. Acrísio Marques, diretor do Departamento de Terras e Colonização ao Secretário de Estado e Agricultura, Viação e Obras Públicas, Sr. Othon Mader, referente as atividades daquele órgão no ano de 1935 .

Assim, após intenso processo de tentativa de regulamentação das terras, o governo paranaense pôde, enfim, propagar por todo território nacional a existência de inúmeros lotes no Norte do Paraná para o plantio, enfatizando uma peculiaridade excelente para a agricultura: a vermelhidão de suas terras, tornando-as férteis e excelentes para o cultivo de várias culturas do campo. A ideia de ocupação de dessas terras fundamentava-se basicamente na seguinte perspectiva:

[...] Por decreto, qualquer pessoa pode solicitar um lote de terras com 200 hectares ao preço mínimo de 18 mil-réis por hectare, sendo um pouco mais caro dependendo de sua localização e fertilidade. Atraía milhares de paulistas, mineiros e nordestinos, que vêm em busca de um lote. [...] Para adquiri-lo, basta escolher um e o requerer à Comissão Mista de Terras. Deve-se obedecer apenas uma regra: derrubar a floresta, plantar, produzir e viver na posse durante seis anos. Ao final desse período, o posseiro pode requerer o título definitivo da propriedade. O comprador do lote [...] paga de 10 a 50 mil-réis o hectare, pelas facilidades de infraestrutura existentes como estrada e núcleo urbano próximo. O pagamento estabelece seis parcelas anuais. Com o pagamento da primeira, o comprador recebe o título provisório e com o pagamento da última o título definitivo, com a obrigação de manter a moradia habitual e a terra produtiva (OIKAWA, 2011, p. 51).

Não é de se espantar o grande número de famílias chegando ao norte paranaense em busca da concretização do sonho em obter uma pequena propriedade, colocando uma pedra em um passado caracterizado por uma vida baseada no trabalho como colono assalariado e podendo, quem sabe, enriquecer com o fruto do trabalho empreendido em suas próprias terras. Estima-se que 300 famílias firmaram posses no início dos anos de 1940 só nos arredores de Porecatu.

Entretanto, terras tão ricas como essas não atraíram apenas famílias de agricultores interessadas em construir uma vida diferente (não mais como empregados, mas sim como proprietários). Chamaram a atenção também de fazendeiros bem sucedidos vindos de diversas regiões do Brasil interessados na excelente qualidade da terra vermelha.

Com tamanha quantidade de pessoas dotadas dos mais diversos interesses, não é espantosa a existência de focos de conflitos que acabaram ocorrendo em toda a região de Porecatu, colocando (cada qual defendendo

seus interesses), de um lado, famílias de posseiros e, de outro, fazendeiros que não mediram esforços na contratação de jagunços e capangas para, literalmente, aterrorizar as famílias que na região viviam.

A primeira solução encontrada pelos posseiros para garantir seus direitos foi a organização do que hoje pode-se considerar como uma das primeiras organizações camponesas do Brasil¹⁰, propósito de garantir as posses por eles preparada para a produção. Acreditavam ter o direito à legalização das terras que consideravam suas, tal qual fora proposto pelo governo de Getúlio Vargas e posto em prática, no Paraná, pelo Interventor Manoel Ribas.

Vale destacar uma situação importante: o foco de atuação dessas associações de posseiros era comprovar, legitimamente, (contando inclusive com a atuação de advogados contratados pelos próprios trabalhadores rurais) a propriedade das posses nas quais estavam desenvolvendo suas atividades agrícolas, já que estavam amparados por preceitos presentes na política governamental da Marcha para o Oeste. Nada mais legítimo, portanto.

Mas eis que chega o ano de 1945 e, com ele, também o término do período conhecido como Era Vargas. Após cerca de quinze anos mantendo-se ditatorialmente no poder, Getúlio Vargas é deposto. Junto a ele, os interventores seguem o mesmo caminho e, um a um, são substituídos por governadores. No Paraná, após dois anos de sucessivas trocas (foram quatro governantes paranaenses, no total), Moisés Lupion assume o governo inflamando ainda mais os ânimos dos posseiros, já que o mesmo, favorecendo agiotas e compadrios políticos, escancara de vez as portas para atos corruptos. Negociou inúmeros lotes de terras (que os posseiros há anos vinham trabalhando) a pessoas diretamente ligadas a ele e que, após adquiri-las, vendiam-nas em seguida (FELISMINO, 1985, 14 jul. Aqueles beneficiados com uma quantidade significativa de terras não tardavam para

[...] fazer valer seus direitos, pois, afinal, tinham documentos oficiais teoricamente mais valiosos que os dos posseiros.

¹⁰ A nomenclatura Ligas Camponesas, tão comum para se referir a união de homens do campo, ainda não tinha sido utilizada neste período analisado. O emprego de Associações de Trabalhadores Rurais ou, ainda, Associação de Lavradores, eram as terminologias mais comuns (OIKAWA, 211, p. 211).

Outros compravam os lotes sabendo da situação, mas apostavam na influência e no poder de dissuasão da Polícia. E foram estes que incentivaram a ação policial no Norte do Paraná (FELISMINO, 1985, 14 jul).

Assim, com a ascensão de Moisés Lupion ao governo paranaense, as tensões referentes à posse das terras intensificaram-se ainda mais, incendiando de uma vez a questão fundiária na região de Porecatu. Dessa forma, após anos tentando reivindicar as posses que acreditavam serem deles por direito, várias tentativas de acordos e conciliações, mobilizações pautadas em preceitos democráticos, enfim, quando toda e qualquer possibilidade de conquistar, em definitivo, suas terras, de forma pacífica e buscando sempre o diálogo chega ao fim, os posseiros optam pela radicalização de suas atitudes: o confronto armado.

Hilário Padilha Pinha, um dos vários posseiros que, junto com sua família, veio desbravar as famosas terras vermelhas do Norte do Paraná, assim relembra, em entrevista concedida no ano de 1999, esses momentos que antecederam a opção pela utilização de armas:

Dez, doze anos depois [da chegada a região de Porecatu] vieram os engenheiros, agrimensores, aí nós começamos ver... a nossa propriedade foi cortada assim com 315 hectares... os meus tios com 380 hectares... aí outros posseiros mais pobrezinhos lá pra cima, com uma imensa fazenda. Aí pensamos, isso está errado. Fomos especular... não era nossa propriedade. Já estava comprada, já estava legalizada para esses malandros. Foi quando eles usaram essa tática de mandar jagunço, de fazer coisas... é isso que dá origem a toda aquela resistência. Mas lá na cabeceira do rio Centenário tinha posseiro com mais de vinte anos na terra. Tinha gente ali com propriedade fincada, com a casinha dele, com a criação dele.. foi então, quando nós resolvemos resistir à expulsão. Eles pegavam aqueles camponeses mais pobres e, primeiro ameaçavam; segundo, eles botavam fogo e botavam o cara para correr (Depoimento de Hilário Gonçalves Pinha a PRIORI, 07 de outubro de 1999, p. 201).

Em meio a esse momento tenso e conflituoso, aconteceu um encontro importante para os rumos das reivindicações realizadas pelos posseiros: a aproximação destes com membros do PCB, Partido Comunista Brasileiro. É importante salientar que, se os posseiros estavam, em fins da década de 1940,

correndo sério risco de se verem sem suas terras, o PCB, por outro lado, encontrava-se na ilegalidade.

Os primeiros contatos entre posseiros e PCB se deram via militantes regionais (estes habitavam os centros urbanos, e não no mundo rural) do próprio partido. Em conversas com membros do diretório nacional, eles acabaram viabilizando a luta conjunta. Nesse momento histórico, o PCB seguia os preceitos presentes no documento conhecido como *Manifesto de Janeiro*¹¹, redigido pelo então secretário geral Luiz Carlos Prestes. Dentre algumas reivindicações presentes nesse manifesto, a crítica contundente era para com

[...] a realidade econômica e social do Brasil, [já que o manifesto acabava] caracterizando-o como um país semifeudal e semicolonial que vivia sobre uma ditadura dos senhores de terras, grandes industriais e banqueiros e de agentes do imperialismo estrangeiro, particularmente o norte americano (PRIORI, 2000, p. 164).

Até então, sem qualquer experiência em relação a uma atuação direta no campo, os militantes do PCB entenderam que uma participação junto aos posseiros poderia ser considerada com uma nova frente de ação do partido. Dessa forma, procurando seguir os preceitos presentes no *Manifesto de Janeiro*, o Secretariado Executivo do PCB, juntamente com as principais lideranças do partido, se reúnem no ano de 1949 com a finalidade de apresentar as novas diretrizes para serem colocadas em prática a partir de então, já que o partido se encontrava na ilegalidade.

Maurício Grabois, um dos fundadores do PCB, foi o responsável por elaborar essas novas diretrizes, conhecida como *Informe Sindical de Massas*, incluindo em suas linhas a importância de uma participação mais presente e atuante do partido em âmbito rural. Neste pequeno trecho é interessante perceber que Grabois reforça o discurso propagado pelos militantes comunistas de

¹¹ Documento lançado no início de 1948 e originalmente intitulado *Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista*, mas que ficou comumente conhecido como *Manifesto de Janeiro*, tinha como princípio básico conclamar os militantes comunistas a realizarem uma virada em relação à perspectiva política que vinham seguindo, no intuito de rever conceitos, reformulando estratégias que estavam colocando em prática até o momento. E realizar esta tarefa incluía inserir os trabalhadores rurais como importantes aliados na seguinte tarefa: a de se concretizar a revolução comunista em território brasileiro.

[...] superar a enorme subestimação de nosso Partido em relação ao trabalho entre as amplas massas camponesas, cuja radicalização e vontade de luta devem ser aproveitadas no sentido de sua organização. Existem todas as condições para o desencadeamento de grandes lutas nas grandes concentrações camponesas em virtude da crescente miséria e exploração das massas camponesas, quer sejam assalariados agrícolas agregados, colonos, arrendatários, pequenos e médios sitiantes (GRABOIS, 1949, p. 39).

Com a aliança firmada, era a hora de colocar em prática as estratégias de resistência. Nesse primeiro momento, a tática empregada se deu da seguinte maneira: foi definida uma frente de atuação nas cidades e outra no campo, sendo que a primeira se responsabilizou por desempenhar um papel solidário e de ajuda mútua entre as pessoas. A segunda também desempenhou este papel, mas o foco da atenção se deu, primordialmente, na luta armada, envolta em um rígido e disciplinado comando.

Esses grupos armados foram divididos em três e cada qual responsável por tomar conta de três localidades estratégicas espalhadas pelo território em litígio. Além desses três postos, foi também estabelecido um quartel general. Todavia, o responsável por chefiá-lo, apesar de articular, planejar e colocar em prática planos de resistência, era alguém que não tinha vivência no campo. Celso Cabral de Mello chegou à região carregando a alcunha de “homem do partido”, tendo sido enviado diretamente por Luiz Carlos Prestes para orientar teoricamente e operacionalmente os posseiros em suas ações. Era conhecido pelo codinome de “capitão Carlos”.

Com a união, enfim, ratificada entre posseiros e militantes do PCB, com as estratégias já bem elaboradas e com as funções estabelecidas entre os participantes da resistência, eis que no dia 1º de agosto de 1950, dando continuidade ao *Manifesto de Janeiro* publicado em 1948, Luiz Carlos Prestes divulga o *Manifesto de Agosto*¹², no qual percebe-se o direcionamento dado pelo partido no que se refere à luta no campo:

¹² Dando continuidade ao *Manifesto de Janeiro*, no *Manifesto de Agosto* é realizada uma análise da conjuntura internacional e nacional em que Prestes aponta como única saída para que o Brasil se livre das ameaças que comprometem os destinos da nação é o caminho revolucionário tendo, na luta armada, a possibilidade para se alcançar o poder.

É este o caminho da independência e do progresso, da democracia e da paz. Precisamos libertar o país do jugo imperialista e pôr abaixo a ditadura de latifundiários e grandes capitalistas, substituir o governo da traição, da guerra e do terror contra o povo pelo governo efetivamente democrático e popular. Para isso é indispensável liquidar as bases econômicas da reação, o que significa a confiscação [...] das grandes propriedades latifundiárias que devem passar gratuitamente para as mãos dos que nelas vivem e trabalham [...] O que precisamos fazer é acelerar a organização do nosso povo, desencadear lutas de massas, greves, demonstrações, etc, e intensificar, através de lutas parciais, a mobilização popular para a grande luta pela libertação nacional [...] [É necessário a] confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização e imediata entrega gratuita de terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos, etc, aos camponeses sem terra ou possuidores de poucas terras e a todos os demais trabalhadores agrícolas que queiram se dedicar à agricultura (PRESTES, 1982, p. 140-158).

Era preciso, portanto, que as propostas presentes no *Manifesto de Agosto*, principalmente as que se reportam às perspectivas descritas acima, fossem efetivamente implementadas. Pode-se cogitar, portanto, dentro de tal contexto, que a região de Porecatu foi escolhida como uma das possíveis localidades espalhadas pelo Brasil onde as propostas presentes em tal manifesto poderiam ser colocadas à prova. E colocar em práticas tais ideias era uma tarefa que deveria ser feita de forma rápida, pois em março de 1951 assumia como governador do Paraná Bento Munhoz da Rocha Neto, disposto a pôr um fim a essa situação que vinha, há tempos, abalando o Norte do Paraná.

Após tentativas frustradas de conciliação entre posseiros e Governo do Paraná, uma atuação mais contundente de ambas as partes foi o caminho tomado. Se os posseiros, juntamente com os militantes do PCB, armavam e organizavam-se, as autoridades também procuraram seguir esse caminho.

O clima de medo e violência na região continuava e a Comissão de terras, vendo-os incapaz de atuar, e encurralada pelas ameaças dos grupos armados, toma uma decisão drástica: suspende o trabalho e solicita uma intervenção mais decisiva do Governo no conflito. A partir daí começa a ser planejado um cerco militar em todo o Norte do Paraná. [...] Bento Munhoz da Rocha Neto requisitou tropas de São Paulo, reuniu soldados de todas as guarnições de Assai e Maringá e enviou reforços de Curitiba [...] todos com a função básica de

desarticular o esquema de apoio ao movimento armado, principalmente o que era efetivado a partir de Londrina (FELISMINO, 1985, 18 de jul).

Todos esse contingente desembarcou na região em conflito no dia 1º de junho de 1951 para lutar contra os posseiros. Já os posseiros, em conjunto com os militantes do PCB, elaboraram várias estratégias de resistências que, dia a dia, acabava por minar as investidas oficiais vindas de todos os lados. Se a vontade de resistir, porém, era grande; se o sonho de possuir definitivamente suas posses alimentava diariamente o imaginário desses homens do campo, a quantidade de homens armados que chegava a todo o momento foi corroendo, aos poucos, o desejo de realização de tal sonho.

Como se já não bastasse tal situação, o clima tenso entre posseiros e militantes do PCB ficou ainda pior quando Celso Cabral, responsável por coordenar as ações dos posseiros, propôs algo inusitado: sob a justificativa de angariar fundos para a resistência armada continuar com o seu trabalho, incitou os posseiros, interessados apenas em suas posses, a uma mudança drástica em suas ações: assaltar um banco. Tal atitude foi interpretada de maneira muito negativa por esses homens do campo, tendo como resultado uma debandada geral.

Receosos de represálias mais intensas, muitos abandonaram suas posses e a luta e resistência foram, aos poucos, perdendo sua força. O ponto final e derradeiro do movimento de resistência se deu com a prisão de algumas importantes lideranças do PCB, tanto regionais quanto nacionais, inclusive o próprio Celso Cabral de Melo. Preso e interrogado pela polícia paranaense, não guardou segredos ou palavras e acabou relatando às autoridades todas as estratégias empreendidas, as quantidades e quais os armamentos utilizados ao longo da resistência, as principais lideranças, dentre outras informações relevantes, colocando um ponto final aos confrontos pela terra no Norte do Paraná.

Com as famílias de posseiros, enfim, retirando-se de suas posses, seguindo com suas vidas em outras localidades espalhadas pelo Brasil, o caminho ficou livre não só para os fazendeiros regularizarem as terras, documentando-as definitivamente como propriedades legais, como também possibilitou a construção de uma história oficial acerca desses acontecimentos.

Uma história que acabou privilegiando heróis, desbravadores, pioneiros, homens que trouxeram o progresso a uma região que estava desconectada ao novo Brasil que então despontava na metade do século passado.

1.2 MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E SILENCIAMENTO: O RESSENTIMENTO QUE SURGE DE TAIS PREMISSAS

De 1951, quando chega ao fim os embates pela terra, até meados dos anos de 1980, constata-se apenas poucas e raras citações referindo-se a tal acontecimento. Não só por parte da Historiografia, Sociologia e Jornalismo, importantes setores responsáveis por analisar e relatar diferentes

acontecimentos sociais, como também do próprio PCB e de setores ligados ao Estado (sem considerar o setor latifundiário, interessados em manter uma história oficial). Nenhum canal sólido foi disponibilizado para que os participantes derrotados desses embates pudessem narrar tal experiência. Ao que tudo indica, durante aproximadamente trinta anos, a opção pelo silenciamento (cujo interesse, assim se supõe, de que tal fato caísse no esquecimento), foi o caminho trilhado.

Essa perspectiva acerca tanto do silêncio quanto da consequência direta de tal atitude, o esquecimento, situação recorrente em muitos momentos da história, esconde casos muito intrigantes. Graças à possibilidade dada aos historiadores do presente têm-se a possibilidade de trabalhar acontecimentos como esse e não apenas relegá-los a um esquecimento oficial já que é uma grande ilusão achar que no imaginário daqueles que foram silenciados, propositalmente ou não, o evento do qual participaram fora esquecido. Na verdade, ele é revivido diariamente, seja no próprio silêncio do indivíduo, seja no círculo restrito no qual está inserido o sujeito que passou (ou ainda passa) por tal processo. Michel Pollak, em seu texto *Memória, esquecimento, silêncio*, em que analisa justamente a perspectiva questionada neste parágrafo, observa que

[...] o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 03).

Dessa forma, Pollak procura roborar a importância de considerar essas memórias silenciadas e esquecidas (nomeadas em seu artigo como *Memórias Subterrâneas*), destacando que essas não estão silenciadas e esquecidas como os que compactuam com a história oficial acreditam. Ao contrário: essas memórias, alimentadas diariamente com pesadas cargas sentimentais vinculadas ao ódio, rancor, revolta, ressentimento – entre outros –, perpetuam-se e ganham vida própria com o tempo, mesmo sendo negado a possibilidade

desses que foram silenciados a um local propício para assentar suas lembranças com dignidade.

O indivíduo que participou dos eventos aqui narrados na região de Porecatu e a ele não fora concedido a possibilidade de contar o vivenciado, as intempéries pelas quais sofreu e viu seus pares sofrendo, guarda vivamente em sua memória tais lembranças criando, assim, uma espécie de estrutura de comunicação informal. Tal estrutura confronta-se com a memória oficial criada e trabalhada para que permaneça perene no imaginário local.

O indivíduo inserido nesse contexto trava um intenso embate interno – geralmente sozinho –, evitando relatar a terceiros sua vivência traumática. Há os que escolhem caminhos alternativos, impedindo a si próprio de guardar suas experiências apenas para si. Externa em círculos sociais informais as amarguras e ressentimentos que por tantos anos permaneceram em seu interior. E assim, desde um simples bate-papo em família, com os amigos, essas memórias, usualmente em forma de revolta, vêm à tona, pulverizando tais lembranças.

Quando partimos para uma perspectiva de reflexão como esta, há de se destacar o fato de essas pessoas esquecidas pelo tempo aguardarem, ansiosamente, o embate memorial a ser travado entre as memórias subterrâneas e as memórias coletivas e oficiais. O modelo memorial conhecido como memórias coletivas é definido por Pollak como memórias que passaram por um processo de enquadramento, como é o caso aqui estudado, em que temos uma história oficial prevalecendo durante anos frente a uma história presente apenas em um círculo informal de pessoas.

Um aliado momentâneo dessas pessoas relegadas ao esquecimento durante anos foi o jornal Folha de Londrina. O periódico realizou uma série de reportagens com alguns participantes diretos dos embates ocorridos nas décadas de 1940 e 1950 no norte paranaense. Com esse levantamento jornalístico realizado, nota-se que,

[...] se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecer os limites desse trabalho de

enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (POLLAK, 1989, p. 10).

Quando essas entrevistas foram realizadas, houve uma significativa agitação histórica, já que a história que prevaleceu praticamente intacta (se pensar do ponto de vista de uma memória coletiva) ao longo dos anos foi, então, confrontada. Uma mudança acerca de como olhar para esse passado fez-se presente realinhando os “atores sociais”, emergindo-os após anos de esquecimento.

Isto posto, quando há o choque entre a memória oficial e as memórias subterrâneas, um elemento sentimental acaba destacando-se frente aos demais: o ressentimento. Quem guardou, por tantos anos, em suas memórias essas lembranças, recorda-as com alto teor de rancor, ódio, ressentimento pesado, trazendo à superfície uma forte constatação: [...] a revivescência da ferida passada é mais forte do que toda vontade de esquecimento (FERRO, 2009, P. 14).

Esse sentimento forte e pesado nomeado como ressentimento auxilia a entender quão tênue é a linha separando presente e passado, já que é do agora, e carregado com os valores desse agora, que se olha e analisa o passado. Isto é: um vive no outro, fazendo com que esse passado, por mais distante que esteja, faça-se muito vivo no presente (FERRO, 2009, p. 16). Assim,

[...] interiorizado, o sofrimento dos homens e das mulheres os rói como um câncer. Ressentimento, revolta, revolução, esse retorno de uma ferida do passado torna-o mais presente que o próprio presente (FERRO, 2009, p. 191).

Como exemplo acerca dos questionamentos que envolvem esquecimento, silêncio e ressentimento, pode-se emprestar as declarações presentes na entrevista realizada pelo jornalista Pedro Paulo Felismino com Manoel Jacinto Correia, primeiro vereador comunista eleito pela cidade de Londrina em finais dos anos de 1940. Figura de destaque político local, o “velho Mané”, como era conhecido, foi um dos principais articuladores da aproximação que se deu entre posseiros e membros do PCB. Forte em suas

convicções, depois de passar trinta anos “revivendo” apenas em suas memórias (e em um círculo restrito de pessoas) o que vivenciou nos arredores de Porecatu (já que estava impossibilitado de falar sobre o assunto)¹³, pouco antes de sua morte, deixou um primoroso relato.

É interessante perceber como na fala de Manoel Jacinto o ressentimento, tanto em relação aos membros do PCB quanto em se tratando da participação de Celso Cabral de Melo, não o abandonaram. Quando lhe foi disponibilizado um canal sólido para assentar suas lembranças (no caso, o Jornal Folha de Londrina), temos a possibilidade de acompanhar um forte ressentimento contra uma instituição cercada de pessoas que optaram, segundo sua opinião, em silenciar as vozes presentes nos embates e confrontos. E este personagem da história não mediu palavras para demonstrar como o ressentimento nutrido contra militantes do PCB, ao longo do tempo, serviu para aflorar uma profunda aversão contra essas pessoas.

Dessa forma, palavras fortes como “sectários” e “burros” foram utilizadas pelo “velho Mané”, chegando inclusive a não hesitar em destacar que as imposições e orientações dadas pelos militantes enviados à região pelo PCB levaram o movimento à derrota. Segundo suas palavras,

[...] o pessoal do comitê central viu no movimento dos posseiros a possibilidade de desencadear um movimento nacional de luta armada e ninguém tinha consciência disso ainda, inclusive nós que lutávamos. [...] Simplesmente consideraram esta luta sem nenhum fundamento, nunca propuseram tirar dela o menor ensinamento e nunca fizeram crítica e autocrítica de suas posições. Simplesmente, na sua grandeza, vaidade e autossuficiência, chegaram a considerar os integrantes da luta aventureiros, mas nunca reconheceram que a luta foi feita com o comando e orientação deles mesmos. Se havia aventureiros era no próprio organismo, que autorizou os quadros intermediários a este tipo de luta. [...] Nada disso até hoje foi analisado, nem do ponto de vista crítico e nem autocrítico. Pôs-se uma pedra em cima de tudo isso, como se este trabalho não tivesse sido realizado cumprindo uma orientação: como se dele não houvesse nenhuma experiência a tirar (Depoimento de Manoel Jacinto Correia, FELISMINO, 1985, 26 de jul).

¹³ Conforme pôde verificar Felismino, Manoel Jacinto não tinha autorização do PCB para se pronunciar sobre o assunto. Só o fez na entrevista realizada pelo jornal Folha de Londrina, quando não fazia mais parte do quadro de filiados do PCB, isso em meados dos anos de 1980, logo depois do expurgo do PCB de seu ex-secretário Luiz Carlos Prestes.

Mas a aversão mesmo de Manoel Jacinto potencializa-se quando é convidado a falar sobre Celso Cabral de Melo e sua participação junto aos posseiros como articulador do movimento armado. As críticas contra este importante membro do PCB e a completa aversão a respeito de sua participação no movimento de reivindicação de posses demonstra um ranço muito forte por parte de Manoel Jacinto, sentimento esse perpetuado ao longo dos anos e graças a duas situações.

Primeiramente, por ter vindo da capital federal, na época o Rio de Janeiro, Celso Cabral tinha um olhar pejorativo não só em relação aos trabalhadores da roça, mas também para com as lideranças regionais do próprio partido que atuaram como elo entre posseiros e o Comitê Central. Nas palavras de Manoel Jacinto, Celso Cabral

[...] se julgava acima de nós, dirigentes do PCB na região e a mim, particularmente, chamava de “caboclo provinciano”, por causa das minhas exigências com as coisas. [...] Eles [membros do PCB provenientes do Comitê Central] achavam que nós, crioulos da região, os pernas de pau, não éramos capazes de nada, por isso mandaram aqueles sujeito, que era o tal, completamente ignorante no trato com os camponeses e que aqui fez sua lei, indispondo-se, inclusive, contra nós que tínhamos outras intenções de luta (Depoimento de Manoel Jacinto Correia, FELISMINO, 1985, 26 de jul).

E, em um segundo momento, as palavras de Manoel Jacinto acabam, ao longo de sua retrospectiva memorial, ganhando uma entonação forte e furiosa quando relembra da delação empreendida por Celso Cabral quando este é, enfim, capturado pelas autoridades paranaenses e relata detalhadamente armamentos, membros da resistência, estratégias de luta, organização dos grupos armados, dando em detalhes informações ricas sobre a situação dos posseiros. Como se não bastasse, o que acabou potencializando a ira de Manoel Jacinto foi saber, algum tempo depois, que Celso Cabral sequer fora torturado para inculpar.

Descreve essa situação relembando quando fora preso juntamente com o próprio Celso Cabral e mais aproximadamente dez pessoas:

[...] [na] cadeia combinamos a fuga de Celso que, apesar de tudo, era do CC. Mas ele não quis e foi levado para Porecatu junto com “Pedrão”, que em Londrina havia tentado fugir atirando contra os policiais. O “Pedrão” apanhou feito um condenado, mas Celso, sem levar um beliscão, delatou todo mundo, contou o que sabia e o que não sabia, revelando inclusive seus contatos no Rio. Um sargento – que vou omitir o nome – depois me contou tudo da delação (Idem).

Tendo em mãos o Auto de Qualificação e Inquérito realizado com Celso Cabral de Melo, datado de julho de 1951 – e que se encontra disponível no Arquivo Público do Paraná, com sede em Curitiba – pode-se confirmar que ele, assim como destaca Manoel Jacinto, acabou relatando às autoridades todas as informações que sabia e que considerava importante.

No que diz respeito aos armamentos utilizados pelos grupos, assim como os modelos e quantidades, assim Celso relatou:

[...] dando um balanço no armamento do grupo, pode dizer possuir ele, na época de sua dissolução, por ocasião da ação policial conjugada, o seguinte armamento: duas submetralhadoras, seis granadas de mão, doze carabinas, a metade da qual em mau estado de funcionamento, três ou quatro pistolas “Parabellum”, uma pistola Colt 45, um mosquetão, sessenta cartuchos de metralhadora 9mm, cerca de trezentos cartuchos para metralhadora mosquetão, cerca de oitocentos tiros de munição 44, uma carga para cada pistola e cerca de sessenta tiros para revolver (Arquivo Público do Paraná, 1951, p. 75).

No caso dos posseiros relatados por Celso Cabral, tem-se os seguintes nomes:

[...] Arildo Gajardoni e Hilário Gonçalves Padilha Filho, pode mencionar Inocêncio Ferreira, Lázaro Bueno, vulgo Lazão, seu filho Benedito Bueno, vulgo “Coreano”, o indivíduo conhecido como Quiabo, que lhe parece chamar-se Francisco Lorenço, Mario e Arlindo Bilar, filhos de José Bilar, que abandonou o mato logo após a chegada do declarante, Manoel Moraes, por alcunha “Sargento”, João “Pernambuco”, cujo exato nome ignora e outros que apenas conhece de vista. [...] Havia ainda outros indivíduos, cujos nomes ignora, mas que o declarante não considerava como integrantes dos grupos, de vez que ainda estavam em fase de observação (Idem, p. 76).

E no que diz respeito ao modo como estavam organizados os grupos:

[...] cerca de dez homens no acampamento de Padilha, chefiados por Arildo Gajardoni e sete homens com o declarante, no acampamento de Bilar. No total, o grupo se compunha de cerca de vinte homens, tendo havido diversas deserções. [...] Ao declarante cabia a chefia geral e orientação política dos grupos, sendo o grupo onde formava o declarante sediado no acampamento José Bilar comandado por Hilário Gonçalves Padilha Filho, [...] enquanto o grupo sediado no lote de Padilha era comandado por Arildo Gajardoni (Idem, p. 76).

Com as considerações de Manoel Jacinto presentes nas linhas anteriores questionando a participação de membros do PCB junto aos posseiros, e relacionando-as com as questões tratadas sobre esquecimento, silêncio ressentimento, é possível ter uma compreensão apurada sobre como, ao longo de tantos anos, esse militante alimentou suas lembranças em relação não apenas a quem, em sua opinião, viera para a região de Porecatu com o intuito de ajudar, bem como também ao próprio partido em que fez parte e acreditou piamente.

Contudo, as discussões acerca dos embates pela terra no Norte do Paraná não se encerraram nos apontamentos discutidos acima. Ao contrário; e quem proporciona importante pista sobre os questionamentos que estarão presentes nesta dissertação é o próprio Manoel Jacinto, quando o mesmo, na entrevista concedida a Pedro Paulo Felismino, encontra dificuldades para nomear o evento do qual ele mesmo participara:

No desenvolvimento daquela luta, as próprias pessoas que a dirigiam, que a desencadearam e participaram, sentiam dificuldade em caracterizá-la. O Exército da salvação não era, porque os posseiros não tinham o objetivo de tomar o poder no Brasil. Guerrilheiros não eram, porque não combatiam na retaguarda de nenhum Exército em luta com objetivos maiores. De sorte que a sua caracterização, se própria ou imprópria, é de que se tratava de um grupo armado em defesa dos posseiros (Depoimento de Manoel Jacinto Correa, OIKAWA, 2011, p. 317).

A citação acima mostra que o “velho Mané” refuta a possibilidade de classificar os acontecimentos que se sucederam no norte paranaense como um possível movimento guerrilheiro, e sua justificativa para tal opinião encontra-se logo em sequência. Se uma pessoa como Manoel Jacinto encontra dificuldades

em nomear tais embates pela terra, o que dirá dos pesquisadores do presente que, dada a distância dos acontecimentos, procuram uma forma para nomeá-lo. E é interessante perceber a distinção em relação às terminologias encontradas nas mais diversas pesquisas que vêm-se realizando no intuito de compreender melhor esse acontecimento por tantos anos presente (e, diga-se de passagem, ainda muito presente!) apenas no imaginário de um número restrito de pessoas.

A seguir, ter-se-á a possibilidade de conhecer a diversidade existente em relação a algumas especulações realizadas sobre os embates pela terra aqui narrados, principalmente acerca da nomeação desse acontecimento. Teria sido uma guerra? Um movimento de articulação guerrilheiro? Ou um ato de revolta por parte dos posseiros?

1.3 GUERRA, GUERRILHA OU REVOLTA: O OLHAR HISTORIOGRÁFICO, SOCIOLÓGICO E JORNALÍSTICO

Este capítulo está destinado a analisar algumas nomenclaturas existentes para se referir aos conflitos pela terra aqui narrados, como foi e ainda é trabalhada pela historiografia, sociologia e o jornalismo. As fontes

utilizadas baseiam-se fundamentalmente em trabalhos acadêmicos e jornalísticos. Vale destacar que as fontes analisadas foram produzidas a partir de meados dos anos de 1980 até os dias atuais, contabilizando trinta anos após o fim dos conflitos.

Ao que tange os trabalhos acadêmicos agora analisados, ter-se-á a oportunidade de notar desacordos conceituais entre os trabalhos do historiador Angelo Priori, optando pela utilização da terminologia revolta, e dos sociólogos Osvaldo Heller da Silva e Clodomir dos Santos Moraes, preferindo o uso do conceito guerrilha. No que diz respeito ao jornalismo, o repórter da Folha de Londrina Pedro Paulo Felismino, na década de 1980, realizou uma série de reportagens nomeando-as como “Guerra de Porecatu”, assim como recentemente fizeram os repórteres do jornal O Estado de São Paulo Leonencio Nossa e Celso Júnio, que como título da referida reportagem, intitularam-na como “Guerra do Quebra-Milho”. Já o jornalista Marcelo Oikawa optou por batizar seu livro sobre o tema aqui analisado, após vinte anos de pesquisa acerca desse assunto, como *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*.

Constata-se nessas breves exposições que várias são as nomenclaturas encontradas ao longo dessa pesquisa referindo-se a este evento, e várias são também as formas de tratar o episódio. Ao que tudo indica, não há um consenso sobre a melhor maneira de determiná-lo e, portanto, várias são as terminologias encontradas com o propósito de tentar defini-lo. Será factível observar que a nomeação do referido evento dependerá da fonte a ser consultada.

Guerra, caso, revolta, rebelião, resistência, conflito e luta armada. Uma variedade de conceitos para definir quase a mesma coisa: a disputa pela terra fértil de um rincão na fronteira de expansão (PRIORI, 2000, p. 35).

Existe uma dificuldade na atualidade de se firmar um conceito em definitivo sobre esse caso, mesmo passados tantos anos da disputa envolvendo a posse pela terra na região de Porecatu. Uma situação que ajudou a potencializar essa situação foi o silêncio de vários setores envolvidos em tal ocorrência.

Dentre algumas questões que serão consideradas como frutos diretos da imposição do silêncio, a dificuldade em encontrar um consenso em relação aos conflitos pela terra no Norte do Paraná pode ser entendida como uma pequena contribuição para esta pesquisa. Dessa forma, evitar-se-á que o silêncio e posterior esquecimento perdurem por mais tempo.

As explanações realizadas pelo historiador e professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM) Angelo Priori presentes em sua Tese de Doutorado *A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)* dão inícios às considerações. Para ele, em definitivo, não houve uma guerrilha nas terras do norte paranaense. Por mais que as características desse evento se assemelhem às peculiaridades e técnicas empreendidas em um movimento guerrilheiro, “[...] está claro que o que passou na região de Porecatu não se tratou de uma guerrilha” (PRIORI, 2000, p. 37).

Priori faz questão de frisar que, para um movimento ser reconhecido como guerrilha, algumas características são essenciais: a perspectiva em mente da derrubada do poder governamental vigente e a consequente tomada do poder por parte dos guerrilheiros; e a luta tornar-se nacionalmente conhecida.

[...] um movimento guerrilheiro sempre tem um objetivo maior: a derrubada de um governante ou de um regime e, conseqüentemente, a tomada do poder. A possibilidade de vitória, no entanto, é ínfima. E para isso ela deve ganhar uma dimensão nacional, ou pelo menos, ter presença em regiões estratégicas dentro dos países (PRIORI, 2000, p. 38).

Outras características são apontadas por Priori para caracterizar o conflito aqui analisado: o apoio da população local, o reconhecimento detalhado da região, uma boa mobilidade dos grupos armados, uma recusa em lutar nos termos inimigos – para ficar somente nesses exemplos. Mas a derrubada de um governo com a consequente tomada do poder talvez seja a característica fundamental apontada por Priori para que algum conflito possa ser lembrado como guerrilha.

No caso de Porecatu, a ideia de tomada do poder não era uma preocupação que afligia, ao menos, as famílias de posseiros. Para estes,

bastava resolver as questões referentes à terra que o conflito estaria sanado. Em outras palavras, ter o direito às posses legalmente era a perspectiva que movia os interesses daqueles que lutaram pelas suas terras.

[...] a dimensão do movimento camponês [em Porecatu] era localizado. O objetivo primordial era resolver um problema local: a questão da posse da terra. A luta não era um meio, era fim. Tudo estaria resolvido se os grileiros, os jagunços e a polícia deixassem aqueles camponeses viver e trabalhar nas terras que lhes pertenciam historicamente. [...] sem dúvida o movimento não tinha nenhuma pretensão maior (PRIORI, 2000, p. 39).

Portanto, para Piori, está claro que os eventos aqui narrados não podem ser caracterizados como um movimento guerrilheiro. Por meio dos exemplos citados, conduz suas argumentações em defesa da não utilização desta terminologia. É possível notar, inclusive, no título de sua tese de doutorado, que o conceito escolhido por este historiador foi revolta camponesa.

Já o sociólogo e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Osvaldo Heller da Silva, no primeiro capítulo de seu livro *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Parana*, fruto de sua tese de doutorado "*Communistes et anticommunistes: l'enjeu du syndicalisme agricole dans l'état du Parana de 1945 a la fin des années 70*", faz questão de destacar que

[...] segundo o momento ou segundo o agente que se exprime, Porecatu é percebido de formas diferentes. Os jornais, pressionados para encontrar manchetes sempre mais sensacionalistas, qualificaram o evento como "guerra de Porecatu" [...] Quanto aos posseiros e militantes daquela época, estes encontraram dificuldades para definir o seu próprio movimento (SILVA, 2006, p. 109-110).

A citação anterior elucida explicitamente o questionamento de Silva no tocante à opção feita por jornalistas que trabalharam na época dos conflitos em Porecatu em nomeá-lo como guerra, julgando-os inclusive como sensacionalistas por utilizarem tal expressão. Na opinião do professor, guerrilha seria a terminologia mais adequada a se empregar para classificar tais acontecimentos.

Enfatiza, porém, o cuidado que devemos tomar para não “[...] subestimar esses episódios, e os considerar como uma crônica policial ou um banal conflito de terras”; mas empregar a nomenclatura guerra para caracterizar tal evento seria algo assim desproporcional (SILVA, 2006, p. 110). Para o sociólogo, portanto, não há dúvidas acerca de como se referir a esses embates:

Os raros pesquisadores que mencionaram esses acontecimentos – sem analisá-los em profundidade – preferiram referir-se à “guerrilha” de Porecatu. Pensamos que essa definição seja a mais adequada, pois falar em “guerra” seria desproporcional. [...] não se pode falar [sequer] de uma revolta ou de uma rebelião camponesa. É preciso dar nome aos bois: chame-se o conflito de Porecatu de guerrilha e seus combatentes de guerrilheiros (Idem, p. 110-111).

Silva vai mais além, considerando que

[...] Porecatu ficou igualmente marcada como a primeira e única tentativa de guerrilha camponesa que foi levada a cabo no território nacional pelo Partido Comunista durante toda sua existência. [...] A guerrilha de Porecatu fica, portanto, como um momento forte da história social do Paraná (Idem, p. 115).

E, além de ratificar ao longo de seu texto a opção pela palavra guerrilha, ainda define uma possível inspiração teórica por parte dos militantes do PCB para o emprego da luta de guerrilha:

[...] provavelmente inspirados nas táticas de guerrilha, utilizadas por Mao Tsé-Tung, o Partidão, pela primeira vez no Brasil, preparou e empurrou os camponeses ao combate aberto contra seus inimigos de classe (Idem, p. 51).

Ainda dentro do campo da sociologia, Clodomir dos Santos Morais, em meados dos anos de 1970, teria escrito o primeiro texto fazendo referências ao conflito armado em Porecatu, *Las ligas campesinas de Brasil*, nomeando-o como guerra de guerrilha.

Morais, segundo Priori, teria chegado a essa conclusão

[...] incentivado pelos acontecimentos de Cuba, do Vietnã e pelas ideias de Che Guevara e Regis Debray [...] [Clodomir de

Morais] diz que o que ocorreu em Porecatu foi uma 'guerra de guerrilha', já que uma centena de camponeses se embrenhou na floresta e organizaram grupos armados (PRIORI, 2000, p. 36).

Procurando compreender um pouco os motivos que levaram Moraes a conceituar o evento em Porecatu como guerrilha, é relevante destacar que o mesmo fora um dos principais organizadores das primeiras Ligas Camponesas em Pernambuco na década de 1950 e, ainda, há informações que dão conta de que ele

[...] e mais 11 membros das Ligas, alguns ex-membros do PCB, teriam feito o curso de guerrilhas, em Cuba, entre 28 de julho e 20 de agosto de 1961, com mais 40 latino-americanos (ROLLEMBERG, 2001, p. 10).

Foi inclusive o próprio Moraes (juntamente com outras lideranças) o responsável por arquitetar a formação no Brasil de campos de treinamento de táticas guerrilheiras em meados de 1960, contando inclusive com o apoio cubano tanto no fornecimento de armas, como também auxiliando financeiramente e ideologicamente tudo para que esse empreendimento guerrilheiro alcançasse sucesso (ROLLEMBERG, 2001, p. 10). Mediante, portanto, essas informações, é compreensível entender os motivos que conduziram Moraes a ter a plena convicção de que o evento aqui analisado fora mesmo um movimento guerrilheiro.

Percebe-se que, no campo da sociologia, as duas fontes aqui analisadas optaram pela utilização da terminologia guerrilha. E tanto Silva quanto Moraes buscaram, ao longo de seus textos, ratificar e defender esse conceito.

No que concerne ao jornalismo, as fontes utilizadas para este trabalho também expõe pontos de vistas antagônicos a respeito da nomenclatura a se utilizar para se referir ao conflito aqui analisado.

Na série de reportagens realizada pelo jornalista Pedro Paulo Felismino ao jornal Folha de Londrina, em meados dos anos de 1980, classifica-se as lutas ocorridas na região de Porecatu como guerra. Já os repórteres Leonencio Nossa e Celso Júnior do jornal O Estado de São Paulo, em dezembro de 2010, publicaram uma série de treze reportagens sobre diversos embates agrários ocorridos pelo Brasil contemporâneo e, sobre os conflitos aqui narrados, deram

o nome de *Guerra do Quebra Milho*; mas, ao longo de toda a reportagem, utilizam também tanto as palavras guerrilha como revolta. E o jornalista Marcelo Oikawa, em livro recém-lançado, ao que tudo indica, baseia-se na tese de guerrilha.

Pedro Paulo Felismino realizou uma série de reportagens e as publicou no jornal Folha de Londrina em meados dos anos de 1980 com o nome *A Guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50*. A justificativa de Felismino pela utilização da palavra guerra se deve ao fato desta ter sido utilizada por aqueles que participaram e vivenciaram o conflito, e é

[...] exatamente por isso que o conflito merece um nome dos mais adequados, pois brotou da própria gente que o presenciava ou dele participava de corpo e alma: 'Guerra de Porecatu' (FELISMINO, 1985, 14 de jul).

Guerrilha chega a ser mencionado por Felismino, justificando que talvez “[...] pela ausência de informações fecundas sobre o episódio, predominou o título de ‘Guerrilha de Porecatu’” (FELISMINO, 1985, 14 de jul). Destaca a pouca importância da utilização de um ou de outro termo; mas, fato é que, ao longo de todo seu texto, o termo guerra está presente em boa parte de sua narrativa jornalística.

Nossa e Júnior, no caderno especial do jornal O Estado de São Paulo, publicado no dia 19 de dezembro de 2010, utilizam-se dos três conceitos até aqui tratados: começam falando sobre os conflitos referindo-se a ele como guerrilha, nomeiam o título da reportagem como guerra, mas, ao longo de todo o texto, referem-se a ele também como revolta.

De início, até como forma de contextualização, optam por referirem-se aos acontecimentos em terras do norte paranaense como uma guerrilha, com a participação direta do Partido Comunista Brasileiro (PCB) já em sua fase final.

[...] a guerrilha moderna no Brasil teve origens caboclas. Na região entre os Rios Paranapanema e Centenário, no norte do Paraná, divisa com São Paulo, eclodiu um movimento de posseiros ou “posseantes” que usava práticas da guerrilha no conceito que se popularizou durante a Guerra Fria – as mesmas que constavam de manuais produzidos no Leste

Europeu, na China e na Rússia, adotados mais tarde por partidos de esquerda (NOSSA & JÚNIOR, 2010, p. 14).

Nomeiam essa reportagem de *Guerra do Quebra-Milho*. Não tratam de forma explícita sobre o assunto, porém dão a entender que a utilização do conceito guerra talvez se dê justamente pelo fato (assim como a justificativa de Felismino) de algumas pessoas da região de Porecatu, ao serem entrevistadas pelos jornalistas, lembrarem dessa forma dos acontecimentos. E isto posto é observável no exemplo do relato obtido com o mecânico José Jiménez, morador de Porecatu, que inclusive explica o porquê do quebra-milho:

Na roça, o quebrador dobra o pé de milho para arrancar a espiga, arranca, põe para secar e depois debulha. As espigas eram os rebeldes (Depoimento de José Jimenéz a NOSSA & JÚNIOR, 2010, p. 14).

Sobre a utilização do nome revolta, repara-se a título de exemplo um trecho da reportagem em que relatam a quantidade de famílias que estavam envolvidas nessa disputa e o local onde se deu o foco do conflito armado:

[...] viviam na região de conflito cerca de 1.500 famílias de posseiros. A relação completa dessas famílias, feita pelo Dops, foi encontrada pelo Estado no Arquivo Público do Paraná. [...] O foco da revolta era a Vila Progresso, então município de Porecatu, que hoje é um povoado quase abandonado de Centenário do Sul (NOSSA & JÚNIOR, 2010, p. 14).

Na reportagem realizada pelos jornalistas Nossa e Júnior, não parece ser a preocupação de ambos classificar, em definitivo, esse conflito. As nomenclaturas utilizadas (guerrilha, guerra, revolta) permeiam boa parte da narrativa jornalística, conforme a necessidade do texto.

Já Oikawa, em seu livro lançado no ano de 2011 intitulado *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*, já no título faz menção à nomenclatura guerrilha, inclusive destacando o fato de esta ter sido esquecida pelo PCB. Ao longo de sua narrativa, elabora capítulos em que remete constantemente à terminologia guerrilha, utilizando nomes como *A preparação e o início da guerrilha*, *No diário da guerrilha* e *A guerrilha tem novo chefe*.

Entretanto, no capítulo *Foi guerrilha?*, Oikawa faz um resumo sobre as principais metodologias investigativas que tratam desse evento. Nesses capítulos atenta-se para as divergências existentes entre a história e a sociologia no tocante a nomenclatura a se utilizar para se referir a esse conflito.

Curioso notar que a definição do caráter de luta armada de Porecatu dividiu-se em opiniões divergentes entre historiadores e sociólogos. Como indica Angelo Priori, um historiador, os trabalhos do campo da história ou não se preocupam em formar uma definição ou lhe atribui a definição de revolta. [...] Já os sociólogos, como no caso de Osvaldo Heller de Souza e outros autores como Clodomir dos Santos Morais, José de Souza Martins, Porecatu foi guerrilha (OIKAWA, 2011, p. 319)

No entanto, Oikawa não faz menção sobre o termo utilizado pelo jornalismo, se guerra, guerrilha ou revolta. Focaliza sua atenção nas definições que essas duas ciências humanas, através de seus respectivos pesquisadores, dão aos embates pela terra.

Assim, analisando os apontamentos sobre como Oikawa trata em seu livro em relação às definições utilizadas pelas mais diversas metodologias investigativas, podemos compreender a opção feita pelo autor na utilização do termo guerrilha lendo o seguinte argumento:

[...] se recorrermos às definições em dicionários, vamos encontrar grande identidade entre o que se define nos livros como guerrilha e o que aconteceu em Porecatu. [...] O termo, guerrilha, deriva do espanhol “guerrilla”, ou seja, pequena guerra. É um tipo de guerra não convencional em que o principal estrategema é a ocultação e a extrema mobilidade dos combatentes, chamados guerrilheiros. [...] A idéia é a de que, em situação de grande inferioridade de meios, procura-se sobreviver recusando combate direto e empregando uma tática de fustigamento para manter aceso o conflito. É uma tática velha como o mundo, esquecida e reaprendida a cada geração (Idem, p. 319).

Pôde-se analisar nos parágrafos anteriores como a historiografia, a sociologia e o jornalismo vêm, pelo menos da década de 1980 até os dias atuais, abordando os episódios de luta pela terra no norte paranaense.

Em se tratando especificamente da disciplina acadêmica da qual representamos, a História, pensar acerca dessas discussões semânticas só é

possível na contemporaneidade graças a releituras realizadas pelos mais distintos historiadores ao longo de todo o século XX, todos buscando trazer ao ofício do historiador novos métodos e modelos teóricos.

No capítulo a seguir será oportunizado acompanhar um pouco essa trajetória de mudanças significativas que ocorreram na área de atuação do historiador, cujo o foco de atenção deixa de ser apenas importantes feitos realizados pelos consagrados “grandes” homens da história, ou os acontecimentos históricos considerados como os “mais” importantes.

A partir dessa nova maneira de se ver o passado e os acontecimentos mais remotos, as personagens que até então eram considerados como pertencentes a um segundo escalão dentro de uma hierarquia de importância histórica passam a assumir um papel de grande importância no cenário historiográfico. No início do século XX, os primeiros passos para a consolidação do que hoje é conhecido como História Social são, portanto, dados.

CAPÍTULO II

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 A HISTÓRIA DOS HOMENS INSERIDOS EM SEU MEIO SOCIAL

É, portanto, visando atender às novas exigências vinculadas ao ofício de historiador no século XX, que surge uma forma diferente de se escrever sobre o passado. Nesse novo formato, acontecimentos políticos continuariam a ser analisados, tendo agora, porém, como atores principais não apenas os grandes heróis e, como pano de fundo, suas atuações frente a grandes acontecimentos históricos. Uma maneira de se estudar a história procurando estender suas possibilidades investigativas nasce. Dessa forma,

[...] a oposição à historiografia rankeana e a definição do social se construía, assim, a partir de uma prática historiográfica que afirmava a prioridade dos fenômenos coletivos sobre os eventos na explicação histórica, ou seja, que propunha a história como ciência social. [...] A História Social surgiria como abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre diversos grupos sociais (CASTRO, 1997, p. 47-48).

Procurando seguir esse horizonte, os primeiros passos do que hoje conhecemos como História Social são, enfim, dados. A busca por se entender o passado não mais se limita a privilegiar apenas o que por tanto tempo se fez presente no imaginário dos historiadores modernos. Estudar os acontecimentos históricos agora é ficar atento a uma gama significativa de ações empreendidas pelos mais diferentes atores presentes no social. Assim, o domínio dessa nova abordagem histórica, conhecido como História Social,

[...] é, pois, muito vasto; é a leitura do passado sob um novo ângulo. Trata-se de se fixar ao conjunto dos atores, em vez de se destacarem indivíduos selecionados de antemão, seja em função de seu papel na vida local ou nacional, seja pelo acaso da conservação dos documentos. Trata-se, também, de delimitar os grupos estudados, precisar os temas de pesquisa e fazer um esforço para mensurar os fenômenos observados. É preciso, pois, achar os documentos e adaptar as fontes a uma problemática (DAUMART, 1978, p. 10).

Assim, se podemos perceber a introdução de novas personagens no estudo do profissional envolvido com a História, ao mesmo tempo é perceptível também a utilização de uma infinidade de fontes e vestígios deixados por estes homens do passado:

[...] correspondências particulares, as recordações, memórias ou diários íntimos, e também os papéis de família, os livros de razão ou livros de contas, eventualmente arquivos de empresas, todos os documentos que, relativos a alguns indivíduos ou a algumas famílias particulares, são muito pouco numerosos e dispersos para que possam constituir a base de séries estatísticas. [...] [a utilização de tais fontes] é perigosa, uma vez que há risco de generalizar abusivamente uma situação particular e talvez única. Mas esse tipo de fonte é insubstituível, pois só os testemunhos desse tipo de documentos fornecem elementos que permitem conhecer as

razões profundas que explicam os comportamentos (DAUMARD, BALHANA, WESTPHALEN, GRAF, 1984, p. 16).

Inserindo, portanto, tais perspectivas ao ofício do historiador, o fazer histórico toma outro rumo, já que fora introduzido novas possibilidades, novos métodos de investigação que mudaram radicalmente o modo como analisar os eventos empreendidos pelos seres humanos no passado. Desse modo, a História Social acaba tendo por finalidade

[...] reencontrar, por meio de vias múltiplas, o que faz a essência de diferentes civilizações, por meio do estudo da totalidade daqueles que participam dessa civilização, os dirigentes, os dirigidos, tanto as pessoas cultas como as humildes, às personalidades de elite como a massa das pessoas do vulgo (DAUMARD, 1978, p. 14).

Se tal mudança é perceptível, ou seja, está guinada em direção praticamente oposta ao modelo existente até então de análise para com os fatos e acontecimentos do passado, não se pode deixar de destacar a importância dos integrantes da Escola dos Annales, movimento intelectual francês que, a partir da década de 1920, realizou significativas mudanças a respeito dos métodos empreendidos pelos historiadores. Encabeçado pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, o movimento se destacou primordialmente por lançar as bases da História Social. Desenvolvendo um paradigma contrastante com a historiografia presente em seu tempo, lançaram

[...] a ideia de que era preciso privilegiar o estudo das massas em lugar daquele das personalidades conhecidas e que se devia procurar encontrar as componentes da vida a mais banal e cotidiana, tanto nos seus aspectos materiais, como nas suas manifestações mentais. (DAUMARD, BALHANA, WESTPHALEN, GRAF, 1984, p. 12)

Peter Burke, em seu livro *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*, destaca três elementos essenciais colocados em prática pelos historiadores inseridos nessa escola historiográfica: primeiramente, era necessário modificar o rumo trilhado até então pelos profissionais da história, e o melhor caminho a se seguir seria o de substituir o modelo tradicional, em que privilegiava-se uma narrativa de acontecimentos,

por um modelo diferente em que a história-problema seria o destaque; em segundo lugar, era necessário não concentrar toda a atenção apenas nas histórias políticas, com os grandes líderes e grandes acontecimentos narrados apenas nos documentos ditos como oficiais, e sim, incluir no ofício do historiador todas as atividades humanas realizadas em um determinado tempo; e, por último, com o intuito de completar as duas primeiras perspectivas, era necessário colocar em prática uma ideia muito conhecida atualmente chamada interdisciplinaridade, ou seja, o contato e a colaboração com outras disciplinas, como a Geografia, Sociologia, Antropologia Social, Linguística, Economia, e demais que pudessem enriquecer os estudos históricos (BURKE, 1997, p. 11-12). É procurando atender as demandas mencionadas acima que é lançada no ano de 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*.

Desse modo,

[...] a revista foi planejada, desde seu início, para ser algo mais do que uma outra revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história. [...] em 1930, declarava-se a intenção de a revista estabelecer-se sobre o terreno mal amado da história social (BURKE, 1997, p. 33).

Nesse mesmo caminho trilhado pelos historiadores da Escola dos *Annales*, destaca-se também o trabalho do intelectual alemão Walter Benjamin. Profundamente envolvido com a concepção teórica conhecida como Materialismo Histórico¹⁴, Benjamin foi um ácido crítico de qualquer vertente historiográfica que insistisse em optar por destacar apenas os feitos realizados pelos ditos grandes atores da história. Para este intelectual, era necessário trazer à tona um conhecimento acerca dos eventos do passado tendo como

¹⁴ Concepção teórica desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels, em meados do século XIX e que, com o passar do tempo, passou por vários desdobramentos quando estudado por diversos outros pensadores (como Benjamin, por exemplo), pode considerá-la como um campo teórico específico que visa tanto compreender a História em si quanto a dinâmica presente no meio social (BARROS - Vol. III, 2011, p. 166).

agentes principais as “vítimas esquecidas do passado”, aquelas que foram simplesmente relegadas ao esquecimento.

Benjamin cria que era necessário aos historiadores sensibilidade para enxergar, em meio aos acontecimentos do passado, os momentos de tensão (empreendidas por uma parcela significativa do social que sequer era considerada pela caneta seletiva do historiador) que conseguiram, mesmo por um instante, silenciar o “tempo dos vencedores”. Assim,

[...] associado às preocupações com as lutas sociais e vinculando seu projeto ao paradigma do Materialismo Histórico, [Benjamin] pretende unir a partir da reconstrução historiográfica [...] pontos descontínuos que são as revoluções que se deram no decorrer de toda a História, e que em momentos exemplares e fulgurantes puderam interromper, ainda que por um instante fugidio, o progresso habitual dos sistemas de dominação do homem sobre o homem (BARROS - Vol. III, 2011, p. 167-168).

A possibilidade colocada em prática por Benjamin, ao optar por fundamentar teoricamente suas pesquisas tendo como alicerce o Materialismo Histórico, não se prende ao fato de enxergar na história o seu fim, valendo-se da ideia de um possível determinismo teleológico em que, ao final do processo histórico de evolução dos seres humanos, estes encontrariam no socialismo o caminho ideal para se viver, como se tal perspectiva fosse surgir no cerne das sociedades como que naturalmente. À vista disso,

[...] o determinismo linear está completamente excluído do acorde teórico de Walter Benjamin, e a sua singular versão do Materialismo Histórico não considera senão possibilismos, que fazem de cada presente uma história aberta. [...] Seu projeto historiográfico relaciona-se diretamente àquela motivação de escrever uma “história vista de baixo” que veremos posteriormente em certos setores do materialismo histórico contemporâneo (BARROS - Vol. IV, 2011, p. 167-168).

Tal empreitada acabou levando Benjamin a levantar uma hipótese intrigante: se praticamente toda a história da humanidade foi direcionada e escrita para atender aos poderosos, a uma classe social predominante, seria necessário aos historiadores subverter esse pensamento. A metáfora utilizada por este pensador é bem curiosa: seria, em sua opinião, necessário “escovar a

história a contra-pêlo”, sendo, pois, imprescindível ao materialismo histórico do qual condescendia revolucionar (no sentido de mudar radicalmente uma ordem instituída) os estudos acerca dos acontecimentos passados.

Nessa conjectura sugerida por Benjamin, o historiador nunca teria acesso ao que um dia aconteceu, seja através de documentos oficiais ou qualquer outro artifício. Os acontecimentos do passado lá ficaram e a nós, inseridos no agora, temos apenas a possibilidade de procurar reminiscências desse passado buscando compreender as atitudes dos homens que realizaram determinado feito baseando-se nos valores e verdades que compactuavam em seu período. Para essa perspectiva ser concretizada, seria fundamental aos historiadores desprenderem-se de sua simpatia para com os grandes feitos e os grandes personagens históricos, e partirem para uma busca daqueles que sempre foram relegados ao ostracismo, desconsiderados importantes de se estudar por não possuírem nenhum grande conhecimento cultural.

Protestando, assim, contra a atuação do investigador historicista e sua afinidade para com aqueles nomeados como os vencedores da história, Benjamin propõe o seguinte questionamento:

Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1993, p. 225).

Os exemplos aqui expostos foram escolhidos para demonstrar que a luta empreendida pelos historiadores do século XX, no intuito de se romper

algumas amarras que ainda insistiam em manter os estudos históricos vinculados a um modelo que carecia ser revisto, foi muito benéfica, pois colocou em evidência a importância não apenas de encorpar o leque de análise para com os eventos passados, como também colocou na mesa a necessidade de o foco de visão também sobre o modo como realizamos o ofício do historiador. É nesse sentido que a História Social contribuiu (e muito!) para uma virada de jogo, posto que, ao expor as fragilidades presentes na historiografia tradicional, trouxe consigo uma nova possibilidade investigativa.

Entretanto, um novo olhar historiográfico não foi suficiente. Seria necessário aprofundar-se nos questionamentos. Enfim, era imprescindível romper inclusive com as convicções que acabavam de se cristalizar. Era primordial interpretar o que está oculto no texto apresentado em forma de documento já ressignificado, e acerca de, a História Social não tinha condições de avançar por si só.

Assim, estudos preocupados com a questão da linguagem propriamente dita surgem, redimensionando o agir historiográfico. Se até há pouco tempo os historiadores concentravam sua atenção aos eventos e personagens ditos importantes, aos documentos oficiais, esse olhar sofrera uma mudança radical ao inserir novos atores e contextos: agora, questões semânticas passam a ser também o grande foco de atenção e pesquisa.

2.2A HISTÓRIA POR DETRÁS DOS CONCEITOS: A HISTÓRIA CONCEITUAL

No tópico anterior percebeu-se o caminho percorrido pelos estudiosos dos eventos ocorridos no passado e que, no século XX, acabou trilhando outro caminho, que passou a valorizar não apenas grandes acontecimentos e seus grandes líderes, mas também os feitos realizados pela sociedade como um todo.

Nesse momento, entretanto, é interessante destacar que esse caminho metodológico já não estava satisfazendo mais um número considerável de historiadores, posto que analisar tão somente os acontecimentos e as pessoas

que deles participaram não respondia determinadas indagações. Seria importante, então, pensar em outro percurso que suprisse e acalmasse os ânimos daqueles que se sentiam inquietos com o rumo em que os estudos históricos tomavam. Eis, portanto, que as portas se abriram para a virada linguística.

Se na modernidade o universo passa a ser analisado não mais tendo como premissa básica a investigação baseada nas estruturas objetivas do mundo, como ocorreu ao longo de todo o período antigo e medieval, e passa a averiguar, portanto, uma realidade objetiva, no qual a ocupação de tais pensadores modernos baseava-se no processo de percepção ou representação subjetiva do mundo do qual fazemos parte, a partir do século XX temos um questionamento sobre essa visão subjetiva em que as reflexões baseiam-se nos questionamentos envolvendo a linguagem propriamente dita (OLIVA, 2011, p. 73).

A origem desses estudos linguísticos datam do início do século XX, tendo como princípio tanto a Semiologia francesa, fundada pelo linguista e filósofo suíço Ferdinand de Saussure e exposto em seu livro *Curso de Linguística Geral*, lançado em 1916, quanto pelo estadunidense Charles Sanders Peirce, que traz o conceito de Semiótica, mostrando a existência de vários conjuntos de signos linguísticos e estruturando um determinado conceito (ALVES, 2011, p. 219 – 220).

A partir dos questionamentos propostos por ambos é possível perceber significativas mudanças ocorrendo dentro do campo das Ciências Humanas. Se a História Social já carregava consigo elementos que visavam ampliar o leque de estudos de seus pesquisadores, as proposições vinculadas à virada linguística vão além ao aprofundar seus estudos não apenas nos fatos, feitos, documentos. Procura entender por detrás de tudo isso, o que sustenta semanticamente esses pressupostos essenciais ao estudo de qualquer acontecimento histórico. É a partir de mais essa virada epistemológica que novos paradigmas surgem, colocando novas problematizações e perspectivas.

Dispondo como alicerce os pressupostos linguísticos tratados tanto por Saussure quanto por Peirce, ao longo do século XX, é factível seguir muitos pensadores pautando suas análises sociais em pressupostos teóricos ligados a essas indagações linguísticas. Vê-se surgir o que pode-se definir como uma

prática que visa analisar como se dão construções ideológicas presentes em textos e documentos: a Análise de Discurso.

A Análise de Discurso se dá pelo processo discursivo que é a produção em nível das relações sociais dos indivíduos, que ocorre sob certas condições de produção como sendo circunstâncias para a emergência discursiva. Ou seja, cada discurso encerra o social constituído sob determinadas condições de produção do discurso. Como se vê, o discurso remete a determinadas condições de produção que são a base do modo de produzir o discurso, não se tratando de analisar um discurso como texto isoladamente. Opera-se aqui com os valores e discursos possíveis a partir das condições materiais objetivas, constituindo o que se chama de formação discursiva no plano da sociedade. Por ser uma formação discursiva, o seu caráter dissimulado adapta-se ao sujeito e à sua situação real (ALVES, 2011, p. 219 – 222).

Os desdobramentos advindos dessa nova perspectiva que passa a ser utilizada dentro do campo das ciências humanas são muitos, assim como são vários aqueles que optaram por pautar seus estudos utilizando-se de tal possibilidade investigativa. Como seria inviável, pelo menos nesse momento, tecer comentários acerca dos diversos pensadores que deram continuidade aos pressupostos iniciados tanto por Saussure quanto por Peirce, a atenção agora será aos estudos realizados pelo historiador alemão Reinhardt Koselleck e pelo paradigma colocado em prática por esse pensador conhecido como História Conceitual, já que o objetivo dessa dissertação está em analisar de que maneira os conceitos guerra, guerrilha, revolta, que hoje são utilizados para se referir aos conflitos pela terra nos arredores de Porecatu foram, ao longo do tempo, sendo estruturados, e como atualmente encontram-se sustentados.

Acompanhou-se nas linhas anteriores um pouco do percurso realizado por muitos historiadores que se rebelaram contra um modelo entendido como tradicional, fortemente ligado às vertentes historiográficas presentes no século XIX, e que acabaram optando por continuar seus estudos buscando outras formas de se entender o passado. Outrossim, ampliando o leque de possibilidades de análises para com as fontes históricas, os historiadores passaram a pôr em prática o que ficou conhecido como História Social.

Reinhardt Koselleck considera que essa nova possibilidade de estudo que a História Social traz ao *métier* do historiador é de suma importância (inclusive para o desenvolvimento do que se falará adiante, a História Conceitual). A priori, o problema percebido por Koselleck é ao que tange em como lidar com os textos, posto que, em sua opinião, esses possuem apenas um caráter referencial. Ou seja: é a partir de textos, documentos oficiais ou não, que o historiador baseia em grande medida o seu trabalho, deduzindo, daí, a existência ou não de acontecimentos que não estão explicitamente presentes nesses documentos.

Koselleck destaca que, antes mesmo de atentar-se ao que o documento apresenta e, a partir daí, chegar a essa ou àquela conclusão, é preciso concentrar a atenção nas palavras, nos vocábulos presentes nessa declaração a ser analisada, posto que sem tais elementos os feitos dos homens do passado, suas realizações e conquistas, não fazem sentido algum. E, pensando mais além, sem um trato apurado acerca do contido por detrás de um determinado conceito formulado por palavras e sustentado por um aparato de significados linguísticos, nada faz sentido, tudo se perde na tentativa de se tentar explicar algo, pois sem a estruturação de conceitos, o fazer, o sofrer, e demais elementos ligados ao ser humano não podem ser experimentados e, sendo assim, tampouco transmitidos a terceiros (KOSELLECK, 2006, p. 97).

Averiguando, portanto, determinado documento, é impreterível que o historiador se atente a dois pressupostos essenciais se quer seguir pelo caminho apresentado pela história conceitual: as palavras e os conceitos. Partindo de tal premissa, é peculiar refletir acerca do modo como Koselleck demonstra a necessidade de se compreender a diferença existente entre palavra e conceito já que, em sua opinião, nem toda palavra remete ou está necessariamente vinculada a um conceito, seja ele social ou político, mas todo conceito está, necessariamente, preso a uma palavra. Nessa relação, o conceito passa a ser visto como algo muito maior que a própria palavra em si, pois, mesmo que por extrema necessidade esteja vinculado à palavra, esta só pode vir a se tornar um conceito quando várias circunstâncias, tanto vinculadas a perspectivas políticas quanto sociais, se agregarem a ela – palavra – sustentando assim seu possível significado conceitual.

Dentro de um pensamento koselleckiano, é importante destacar a ideia polissêmica que o conceito, no âmbito social, acaba tomando, pois dependendo dos interesses, do contexto, ele assume diversas formas. Dessa maneira, compreende-se que os conceitos são

[...] vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa palavra. [...] O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito (KOSELLECK, 2006, p. 109).

É imprescindível destacar o fato de que, assim como é essencial a um determinado conceito vincular-se às palavras com o intuito de se fazer compreender, é também preponderante fundamentar-se a dados disponíveis pela História Social, sendo que [...] toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão lingüística (KOSELLECK, 2006, p. 103). Assim sendo, o destaque dado por Koselleck na importância da conjugação (nada fácil, há de se dizer), para o enriquecimento dos estudos históricos, dessa relação entre História Social e História Conceitual. Um deve se alimentar do outro na tentativa de se fazer compreender os acontecimentos do passado.

Quando tal perspectiva é colocada em prática por parte do historiador, este, ao analisar o passado, procurar se desvencilhar de um equívoco que, sem o devido cuidado, acaba por condenar todo o trabalho realizado: analisar os acontecimentos apresentados pelos documentos sem se atentar ao significado que um conceito possui em uma determinada época. É primordial que um trabalho de compreensão semântica seja feito nesse conceito para que equívocos interpretativos não sejam cometidos e transportados do presente para o passado. É necessário, assim, separar os conceitos

[...] de seu contexto situacional e [analisar] seus significados lexicais investigativos ao longo de uma sequência temporal, para serem depois ordenados uns em relação aos outros, de

modo que as análises históricas de cada conceito isolado agreguem a uma história do conceito. [...] Exatamente quando se focaliza a duração ou a transformação dos conceitos sob uma perspectiva rigorosamente diacrônica, a relevância histórica e social dos resultados cresce (KOSELLECK, 2006, p. 105).

Esse ofício em relação ao conceito presente nos documentos analisados é premissa básica, portanto, de um trabalho histórico. Muito mais do que simplesmente buscar interpretar os acontecimentos baseando-se apenas no que os textos apresentam como informação acerca desse passado, tal análise linguística conceitual é primordial aos historiadores contemporâneos, posto que os conceitos, ao serem instituídos socialmente, passam a ser empregados de forma e maneira generalizante, tornando-se como que uma categoria formal acerca do que se reporta. E, assim, graças a um processo de repetição histórica sem qualquer reflexão, estabelecem como a “verdade” definitiva, como uma história “real” que se manifesta no agora uma categoria possível.

É, pois, abordando nesse flagrante (e mesmo que de modo sucinto) essas três perspectivas koselleckianas (a relação entre história social e história conceitual, a distinção e relação entre a palavra e o conceito e a importância de se entender um determinado conceito em seu próprio tempo) que, no próximo tópico deste capítulo, ser-nos-á oportunizado analisar a existência no presente de um campo de tensão semântico em que cada campo disciplinar, sustentados por aportes teóricos ligados ao seu ofício, analisarão experiências passadas e criarão, para o futuro, expectativas acerca de como nomear esse acontecimento histórico.

E, como ponto de partida, faz-se importante adiantar uma premissa muito importante em se destacar nesse processo investigativo: nesse procedimento de análise e interpretação dos eventos do passado, as personagens atuais não apenas ressignificam esse passado estudado como também montam as bases para “o que” desse passado será compreendido no futuro, e também “como” a ele, passado, as pessoas no futuro irão se reportar nominalmente. No caso aqui estudado, a tendência é a de que algum desses três conceitos (guerra, guerrilha, revolta) se sobressaia em relação aos outros, prevalecendo-se no futuro como o definitivo. Ou até mesmo outros conceitos possam, em um futuro próximo, entrar nesse conflito também. Desse modo, a

relação entre *presente*, a experiência vivenciada no *passado*, e a expectativa gerada para o *futuro* acerca desse passado analisado é, no decorrer dessa pesquisa, um entendimento primordial já que, ao que tudo indica, a existência pacífica desses três conceitos apresenta-se, pelo menos nesse momento, como algo inviável. Atualmente, presencia-se um importante conflito nominativo acerca de como se referir aos embates aqui tratados.

2.3 EXPERIÊNCIA PASSADA E EXPECTATIVA FUTURA: AS CONSTRUÇÕES DO PRESENTE ACERCA DE COMO NOMEAR O EVENTO AQUI ESTUDADO

No momento final dessa dissertação faz-se necessário, antes de tratar acerca do paradigma proposto por Koselleck sobre a relação, no presente, entre futuro e passado, tecer alguns esclarecimentos sobre como, a partir do momento em que a modernidade sobrepôs os períodos históricos anteriores, os homens ocidentais enxergavam, do presente, as experiências passadas, e

qual expectativa acabavam gerando para o futuro sobre esse passado que lhes era disponibilizado.

Quando tratamos do período histórico nomeado como modernidade, é mister contextualizar no passado os acontecimentos que surgiram e acabaram por trazer experiências até então jamais vivenciadas, fato que acabou modificando a maneira como pensar o presente e, conseqüentemente, o passado e futuro.

Desse ponto de vista, alguns fatos históricos tornaram-se marcos importantes. A título de exemplificação, pode-se destacar a expansão ultramarina empreendida pelos povos ibéricos a partir do século XV. Ao entrar em contato com os nativos americanos obtiveram contato com um novo território até então desconhecido por eles, situação essa que acabou modificando significativamente o rumo do desenvolvimento das sociedades que, naquele período, devido ao sistema econômico predominante conhecido como mercantilismo, estavam incessantemente à procura de metais preciosos. Fortalecer a economia dos reinos recém-instituídos, alcançando assim uma balança comercial que os favorecia, era o propósito principal a ser contemplado.

Outro importante acontecimento desse momento histórico é os questionamentos realizados por alguns clérigos no que diz respeito à atuação da principal instituição religiosa do período medieval, a Igreja Católica. Ao confrontar os pensamentos cristãos então em voga, acabam por realizar uma vultuosa mudança a respeito de como pensar o cristianismo. Assim, uma nova vertente cristã surge, conhecida como Protestantismo. Essa mudança de paradigma foi tão forte para o período que membros da Igreja Católica incentivaram Portugal e Espanha em suas aventuras marítimas, tudo com o claro intuito de catequizar os povos de além-mar.

A ascensão de uma nova ordem social que nascia no interior dos burgos, cidades medievais que surgiam fazendo frente ao antigo modelo medieval das três ordens (os que rezam, os que guerreiam e os que trabalham) predominantemente no interior de boa parte dos feudos, modificou profundamente as relações entre muitos europeus daquele período. A burguesia, com sua busca incessante pela riqueza proveniente de inúmeras atividades comerciais, é o nome dado a essa nova ordem que se instala.

Esses três exemplos destacados foram de suma importância para que uma nova visão de mundo prevalecesse: se anteriormente a esses acontecimentos o imaginário ocidental era regido por uma perspectiva teocêntrica e geocêntrica, em que o Deus cristão seria o mentor de todos os acontecimentos que se sucediam na terra, e essa era considerada como o centro de todo o universo, com o advento da ciência e do pensamento racional, priorizando o saber empírico frente a uma visão teológica do mundo, tem-se a substituição dessas duas perspectivas pelo antropocentrismo e heliocentrismo, destacando o homem como o centro de todas as coisas e o planeta terra como mais um dentre milhares de planetas presentes em um cosmos infinito.

Com a consolidação dessa forma de enxergar o mundo, foi deixado para trás uma visão pré-determinista, em que se vivia na terra com um único propósito: seguir os desígnios divinos para, após a morte, contemplar uma eternidade plena no paraíso celeste. Conforme essa premissa ia, aos poucos, sendo abandonada, conseqüentemente consolida-se o pensamento científico, em que a racionalidade presente no ser humano passa a ser valorizada.

Conforme os séculos foram avançando, e esses pensamentos vinculados à modernidade foram ganhando corpo e estruturando-se com o trabalho de inúmeros pensadores, temos o advento de um importante conceito para o mundo que estava se formando: a ideia de progresso.

Assim,

[...] do ponto de vista da terminologia, o “*profectus*” espiritual foi substituído por “*progressos*” mundano. O objetivo de uma perfeição possível, que só podia ser alcançada no além, foi posto a serviço de um melhoramento da existência terrena, que permitiu que a doutrina dos últimos fins fosse ultrapassada, assumindo-se o risco de um futuro aberto (KOSELLECK, 2006, p. 316).

Caminhando conjuntamente com paradigmas como o Iluminismo do século XVIII e, posteriormente, o Positivismo presente no século XIX, diversos pensadores esforçaram-se no intuito de derrubar definitivamente as amarras que insistiam em manter o sujeito vinculado a formas de pensamento consideradas arcaicas. O propósito estava em

[...] encontrar leis gerais, necessárias e constantes, que fossem válidas para a humanidade como um todo, como uma maneira de libertá-la tanto dos grilhões de ignorância como das opressões políticas e sociais impostas pelo Antigo Regime – este amálgama que unia os interesses do Estado Absolutista da Nobreza com seus privilégios, e dos setores mais conservadores da Igreja da época, com seu obscurantista apoio ao sistema (BARROS - Vol. II, 2011, p. 86).

Tem-se, pois, o esforço constante pela substituição definitiva da profecia espiritual pela ideia de progresso. Se a contemplação do passado como guia para o futuro era vivida seguindo os preceitos vinculados a esse passado sem questionamento, agora o futuro tem de, necessariamente, distanciar-se do passado. Há uma mudança também acerca de como pensar a História, já que esta passa a ser vista como um processo contínuo de crescente aperfeiçoamento, e não mais como mera reprodução no presente. Se o modo como pensar a História modifica-se, assim também acontece com a forma de olhar, do presente, o Espaço de Experiência (passado) e o Horizonte de Expectativa (futuro).

Para melhor explicar este paradigma desenvolvido por Koselleck, os gráficos a seguir servem como ilustração dos preceitos vinculados a essa forma de enxergar ambas as perspectivas:

A visão, anteriormente ao advento da modernidade, da relação entre Espaço de Experiência e Horizonte de Perspectiva:

1º gráfico

Horizonte de Expectativa



Espaço de experiência

(BARROS - Vol. IV, 2011, p. 284)

Nota-se a relação intrínseca entre ambas. Uma se relacionando, do presente, a outra. A seguir, como estes dois campos passam a ser vistos do presente a partir dos desdobramentos tratados acima:

2º gráfico

Horizonte de Expectativa



Espaço de experiência

(BARROS - Vol. IV, 2011, p. 284)

Avalia-se pelos gráficos acima, uma lacuna instalou-se entre essas duas perspectivas temporais tratadas no segundo gráfico. Se as experiências do passado sempre moldaram e serviam como parâmetro para o futuro, buscando sempre uma unidade aqui, no presente, evitando romper com esses exemplos deixados pelas gerações passadas, agora o passado tem que impreterivelmente ser deixado de lado para que novas experiências possam surgir, fazendo com que as amarras dessas experiências deixadas não prejudiquem as expectativas vindouras atreladas ao progresso.

Após demonstrar graficamente essa mudança, pode-se destacar duas situações bem relevantes a se contemplar sobre ambas as categorias tratadas por Koselleck. Primeiramente, os historiadores têm que ter claro que

experiência e expectativa não transmitem uma realidade histórica. Distinguem-se, por exemplo, dos conceitos utilizados para caracterizar este ou aquele acontecimento do passado, como a utilização dos conceitos Revolução ou Reforma, ou até mesmo dos conceitos aqui tratados, guerra, guerrilha e revolta, que procuram a todo instante explicar o passado sob a óptica de uma dessas terminologias.

As expressões experiência e expectativa

[...] não passam de categorias informais: elas não permitem deduzir aquilo de que se teve experiência e aquilo que se espera. A abordagem formal que tenta decodificar a história com essas expressões polarizadas só pode pretender delinear e estabelecer as condições das histórias possíveis, não as histórias mesmas. Trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem (KOSELLECK, 2006, p. 306).

E o outro fator relevante está no fato de como tratar os vestígios a nós disponibilizados para materializar nossa pesquisa. Como nosso ofício envolve, impreterivelmente, a análise de tais vestígios, já que sem eles realizar um trabalho como historiador se torna inviável, deve-se ter em mente que a consequência desse processo, que é a transformação desses vestígios, dessas pistas, em fontes históricas, finda por ter à sua frente duas possibilidades de análise:

Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios. No primeiro caso, os conceitos tradicionais da linguagem das fontes servem-lhe de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo, o historiador serve-se de conceitos formados e definidos posteriormente, isto é, de categorias científicas que são empregadas sem que a existência nas fontes possa ser provada (Idem, p. 305).

Como bem definiu Barros acerca dessa reflexão koselleckiana:

[...] os historiadores lidam simultaneamente com os conceitos ou expressões que uma época passada elaborou para refletir

sobre si mesma (e também sobre outras épocas), e com conceitos e categorias decorrentes de sua própria atividade científica como produtores de conhecimento historiográfico – sejam esses conceitos criados por eles mesmos ou por uma tradição que já está estabelecida na comunidade dos historiadores [e, no caso dessa pesquisa, de sociólogos e jornalistas também] (BARROS - Vol. IV, 2011, p. 284).

Quando, portanto, propõem-se a estudar os acontecimentos que deflagraram os conflitos pela terra nos arredores de Porecatu, mais do que uma preocupação em levantar informações presentes nos mais distintos vestígios disponibilizados, é impreterível levar em consideração, tendo o aporte teórico provido pela História Conceitual, que uma disputa conceitual a respeito desse acontecimento está em curso, mesmo que não seja esse o propósito principal dos diversos pesquisadores que se dispuseram a tratar sobre o assunto.

É interessante perceber que estas disputas semânticas acompanham os conflitos advindos com a modernidade sobre como pensar o passado, posto que esse passado não está imóvel no imaginário das pessoas que se dispuseram a estudá-lo. Ao contrário, já que cada campo de pesquisa buscou (e ainda busca, vale dizer), cada qual alicerçado em seus preceitos teóricos, pensar um conceito para definir a nomenclatura de tal evento.

Isto posto, podemos destacar a existência de um campo de tensão, no presente, sobre como nomear os embates pela terra em Porecatu. Uma tensão que acaba se estabelecendo entre o Espaço de Experiência (passado) e o Horizonte de Expectativas (futuro). Quando pensar a “reconstrução” memorial desse evento, faz-se importante atentar não apenas aos preceitos vinculados à História Social, mas sim, ter em mente que a tensão em como batizar esse evento passado (experiência) e como, no futuro, será lembrado (expectativa), apresenta-se como uma discussão de suma importância a ser considerada no momento.

Retomando os questionamentos tratados no tópico “1.3 Guerra, guerrilha ou revolta?”, presentes no primeiro capítulo dessa dissertação, acompanha-se tal tensão semântica, principalmente envolvendo os campos disciplinares da Sociologia e Historiografia. Cada qual não apenas defende uma nomenclatura em particular, como também nega a possibilidade da existência da outra.

Verificou-se oportunamente que o historiador Angelo Priori não se refere aos eventos aqui tratados como um movimento guerrilheiro, e sim, como uma atitude de revolta empreendida por parte dos posseiros contra pessoas interessadas em retirar-lhes sua propriedade, algo adquirido dentro da legalidade.

A interpretação realizada por Priori está mais próxima de um ato de protesto por parte desses homens do campo que culminou, após inúmeras tentativas de luta legítima, na utilização de armas na busca por defender algo que acreditavam ser deles. Não estavam interessados em mais nada, a não ser na legitimidade das terras que desbravaram e plantaram e que consideravam, portanto, suas por direito. Isso resolvido, os posseiros tocariam suas vidas sem pretensões maiores.

Opinião contrária é defendida pelo sociólogo Osvaldo Heller da Silva. Enfatiza a preocupação em não subestimar o movimento de resistência empreendido pelos posseiros e, para isso, faz questão de defender a utilização da nomenclatura guerrilha, e aqueles que pegaram em armas com o propósito de defender seus interesses de guerrilheiros.

Da Silva vai além, destacando ainda que é mister enxergar esse acontecimento como de relevância estimada dentro do cenário nacional ao que se refere aos movimentos guerrilheiros, já que teria sido o primeiro e único movimento de guerrilha no campo levado a cabo pelo Partido Comunista Brasileiro.

É notável que essa tensão existente entre esses dois campos disciplinares marcam a tônica da discussão atual sobre a luta pela terra no norte paranaense. Cada qual busca, dentro de seu campo de atuação, embasar seus argumentos de forma a fazer prevalecer um conceito em específico e, assim, conseqüentemente acaba por negar a existência do outro.

Nos trabalhos realizados por aqueles vinculados ao jornalismo não é diferente. A utilização dos três conceitos guerra, guerrilha e revolta também se fazem presentes. No livro de Marcelo Oikawa, por exemplo, seus argumentos caminham lado a lado com a argumentação proposta por Osvaldo Heller da Silva por considerar os posseiros e membros do PCB pessoas que se movimentaram em campo de batalha valendo-se de estratégias típicas de guerrilha.

As pesquisas sobre os acontecimentos aqui tratados não pararão nessas folhas. Outros pesquisadores provavelmente irão debruçar-se sobre esse evento passado e ratificarão algum dos conceitos aqui trabalhados, ou até mesmo trarão outros. Fato é que, do presente, essa disputa conceitual sobre essa experiência do passado, e também sobre como no futuro serão lembradas, está em franca efervescência. Não cairá mais no esquecimento, e isso já é uma grande coisa. As expectativas são muitas, tornando difícil imaginar qual conceito, em meio a essa tensão que agora se apresenta, se sobressairá perante os demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre os embates na região onde hoje se concentra a cidade de Porecatu é uma tarefa que envolve atenção a inúmeras possibilidades de pesquisa, já que vários são os caminhos possíveis para um pesquisador seguir, seja ele do campo da História ou, como se viu no decorrer das páginas dessa dissertação, da Sociologia e também do Jornalismo. Algumas possibilidades já questionadas anteriormente e aqui presentes, como as discussões que

envolvem o refletir sobre a memória, esquecimento e silêncio, foram agora agregadas ao embasamento teórico fornecido pela História Conceitual.

Outras possibilidades de pesquisa ainda precisam ser realizadas com o intuito de esclarecer questionamentos que insistem em permanecer taciturno. Como exemplo, pode-se referir à atuação do Partido Comunista Brasileiro nesse evento histórico. Mesmo passados tantos anos, nenhum levantamento foi até o momento realizado por parte de seus militantes. Como bem destacou Priori,

[...] o movimento de Porecatu sempre foi ignorado pelo Partido. Pouquíssimos são os documentos que tratam do assunto, assim mesmo através de citações rápidas. Não foi localizado nenhum relatório crítico sobre o movimento. [...] dos altos dirigentes, o silêncio é total. Não localizamos nenhum texto ou documento escrito por Prestes sobre a revolta (PRIORI, 2000, p. 313).

Opinião também ratificada pelo jornalista Marcelo Oikawa, que inclusive destaca no título de seu livro que os comunistas, participantes ativos dos momentos finais da luta empreendida pelos posseiros, teriam “esquecido”, colocado uma pedra nesse passado importante, inclusive ao próprio Partido.

Uma reflexão desse tipo, no sentido de rever a participação em um acontecimento tão importante para a história do Estado do Paraná, poderia ser visto como de grande valia, já que poderia elucidar questionamentos que ainda estão longe de serem esclarecidos. Um dos, e talvez o mais intrigante deles, está no sumiço daquele que, a mando do próprio Luiz Carlos Prestes, então secretário geral do PCB, veio à região com o propósito de auxiliar e treinar os posseiros em suas reivindicações: Celso Cabral de Melo, conhecido também pela alcunha de “capitão Carlos”.

Manoel Jacinto Correia, importante figura do PCB regional e atuante presente nos conflitos, considera que as atitudes do “capitão” durante sua atuação como coordenador dos grupos armados é quem levou o movimento à bancarrota, principalmente quando este convoca os posseiros para assaltar um banco. Nas palavras de Manoel Jacinto:

Eu reputo a ele à influência deste elemento o desfecho que teve o movimento. Graças a ele alguns posseiros,

descontentes, fugiram, desertaram e se entregaram para a reação, confessando tudo, informando, principalmente, que não eram dois mil os resistentes, mas apenas vinte gatos pingados que andavam pelo mato aprontando (Depoimento de Manoel Jacinto Correia a FELISMINO, 1985, 27 de jul).

O mais intrigante disso tudo está no fato de, dias após prestar seus depoimentos, Celso Cabral consegue, até hoje uma incógnita como, fugir da cadeia de Porecatu, uma das mais bem vigiadas do Estado do Paraná naquele momento, justamente pelos conflitos que ali estavam em andamento. O que teria acontecido com ele, para onde foi, etc., são perguntas dentre tantas outras que permanecem um mistério até os dias atuais. Não há qualquer informação sobre seu paradeiro, apenas suposições: a boatos de que teria sido encontrado morto, ou de que teria retornado ao Rio de Janeiro. Tudo, enfim, são suposições, nada de concreto até o momento foi encontrado no que diz respeito ao seu paradeiro.

Outra possibilidade de pesquisa poderia ser um trabalho mais aprofundado utilizando-se como base teórica os pressupostos disponibilizados pela História Oral. Nas cidades onde os conflitos se deram, é grande a quantidade de descendentes diretos dos posseiros que tiveram que deixar suas terras, ou filhos de autoridades que enfrentaram esses homens do campo. Até mesmo entrevistas com pessoas ligadas aos fazendeiros e políticos que usufruem das terras que conseguiram tomar como posse, fazendo com que, inclusive, uma história oficial sobre esses acontecimentos predominasse durante anos.

Utilizar de tal possibilidade investigativa enriquece e muito qualquer trabalho acadêmico, haja vista que dar voz àqueles que, mesmo sem participar diretamente dos conflitos, ainda guardam em suas lembranças as narrativas relatadas por parentes, amigos, vizinhos que viveram o que por tanto tempo ficou relegado ao ostracismo do esquecimento e silenciamento.

Essas são possibilidades que não podem ser descartadas em pesquisas futuras, e com certeza irão enriquecer e trazer novos olhares a esse acontecimento tão importante para a história do Paraná. Talvez com essas pesquisas sendo realizadas, outras nomenclaturas surjam, caminhando conjuntamente ou não com as utilizadas até o momento.

Ao finalizar esta Dissertação, uma reflexão interessante acerca de como nomear um evento como o aqui estudado é oferecido à sociedade pelo historiador Leandro Karnal na palestra proferida ao programa televisivo CPF Cultura. Karnal faz um levantamento no mínimo intrigante acerca da cultura historiográfica brasileira da não utilização da terminologia Guerra Civil. Olhando com atenção a história presente nos livros didáticos brasileiros, é comum nos referirmos a agitações, revoltas, mas nunca Guerra Civil.

Levando em consideração o fato de Karnal caracterizar Guerra Civil como um conflito entre pessoas do mesmo país contra pessoas do mesmo país, o Brasil está repleto de episódios que se encaixam muito bem, se utilizado esse conceito para se referir a eles:

Essa discussão sempre parece refletida em um dos grandes preconceitos da História do Brasil: não aparece a expressão Guerra Civil em toda História do Brasil. Nós não utilizamos a expressão Guerra Civil quando o Rio Grande do Sul se separa por dez anos do Brasil. Não utilizamos Guerra Civil na Cabanagem, não utilizamos na Sabinada, não utilizamos na Balaiada, não utilizamos na Revolução de 32 de São Paulo. Todos esses movimentos são revoltas regenciais, movimentos constitucionalistas, são abriladas, são movimentos liberais. [...] Nós vivemos agitações, nunca uma Guerra Civil. Ora, se Guerra Civil é a guerra entre pessoas do mesmo país contra pessoas do mesmo país, nós temos vivido sistematicamente episódios de Guerra Civil, inclusive disfarçadas ou iminentes, como na campanha da legalidade ou nas reações, ainda que fracas, ao Golpe Militar de 64. Vivemos sempre a linha da Guerra Civil. Vivemos com frequência a Guerra Civil. (KARNAL, 2014).

Conforme explanado nas linhas anteriores, pensar em uma terminologia conceitual específica para se referir aos conflitos aqui mencionados ainda não é possível graças a essa variação nominativa existente e que, no momento, impede a utilização de uma em específico. Graças a esses vários olhares, o campo de tensão está criado. No presente, uma expectativa futura anda em curso, sendo utilizadas experiências passadas como referência tanto acerca do evento em si, como também dos pressupostos que caminham lado a lado com cada campo disciplinar aqui analisado.

Ou seja, cada qual se reporta aos eventos passados para criar esta expectativa futura, como também se reportam às experiências que cada campo

disponibiliza para cada pesquisador. Seja vinculado à História, à Sociologia ou ao Jornalismo, certos preceitos investigativos são gerados, e são esses preceitos que direcionam o trabalho de seus pesquisadores. Em certos momentos vemos a convergência e até mesmo a interdisciplinaridade entre as disciplinas. Mas fato é que o conflito semântico existe e, ao que tudo indica, está longe de ser resolvido.

FONTES

Fontes impressas (arquivo)

Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. **Inquérito de Porecatu – Declarações que prestou Celso Cabral de Mello (Carlos)**. Caixa 67/599^a, 1951.

Fontes impressas (teses, artigos e dissertações)

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná – região de Porecatu (1940-1952)**. Curitiba: Dissertação em História Social – Universidade Federal do Paraná, 1984.

GONÇALVES, Marcio Mauri Kieller. **Elite vermelha: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964)**. Curitiba: Dissertação em Ciências Sociais – Universidade Federal do Paraná, 2004.

GRABOIS, Maurício. **Mobilizar grandes massas para defender a paz e derrotar o imperialismo e a ditadura**. Problemas. Nº 20. Agosto e setembro 1949.

LONER, Beatriz Ana. **O PCB e a linha do “Manifesto de Agosto”:** um estudo. Campinas: Dissertação em História – UNICAMP, 1985.

PRIORI, Ângelo Aparecido. **A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)**. Maringá. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Estadual de Maringá, 2000.

Fontes impressas (trabalhos jornalísticos)

FELISMINO, Pedro Paulo. **A Guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50**. Folha de Londrina, 14-28 de 1985.

NOSSA, Leonencio & JÚNIOR, Celso. Guerra do quebra-Milho. In.: **Guerras Desconhecidas do Brasil**. O Estado de São Paulo, 19 de dez. 2010, p. 14 – 15.

OIKAWA, Marcelo Eiji. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CONSULTA WEBSITE

KARNAL, Leandro. **O ódio no Brasil**. Disponível em: <> <http://www.youtube.com/watch?v=w3VK3pnjUS4>. Acessado em: 10 de Dezembro de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Paulo. Possibilidades teóricas da Análise do Discurso e da Hermenêutica para a interpretação histórica . In.: GIANNATTASIO, Gabriel & IVANO, Rogério. (Org.). **Epistemologias da História – verdade, linguagem, realidade, interpretação e sentido na pós-modernidade**. Londrina: Eduel, 2011, p. 215 – 239.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História – Volume II: Os primeiros paradigmas - positivismo e historicismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Teoria da História – Volume III: Os paradigmas revolucionários**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Teoria da História – Volume IV: Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In.: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 222-232.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CASTRO, Hebe. História Social. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro : Campus, 1997.

CHILCOTE, Ronaldo H. **O Partido Comunista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

COSTA, Odah Regina Guimarães. Planos de colonização oficial aplicados, a partir da década de 1930, em zonas pioneiras e de povoamento, no Estado do Paraná. In.: **A propriedade rural - Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo, 1976.

DA SILVA, Osvaldo Heller. Guerrilha de Porecatu: o evento fundador do Partido Comunista. In.: **A foice e a cruz**. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006, p. 49-116.

D´ARAUJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

DAUMARD, Adeline. **Cinco aulas de História Social**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1978.

DAUMARD, Adeline, BALHANA, Altiva Pilatti, WESTPHALEN, Cecília Maria, GRAF, Marcia Elisa de Campos. **História Social do Brasil: teoria e metodologia**. Curitiba: Editora Universidade Estadual do Paraná, 1984.

DUARTE, Hugo Villaça. **Em busca da Revolução Brasileira: um debate crítico sobre as teses históricas e a linha política do PCB**. In.: Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS. 22.10.2009, p. 1-16.

FERREIRA, Jorge. URSS: Mito, utopia e história. In.: **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 3, nº 5, 1998, pág. 75 – 103.

FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira & PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, pág. 1 – 26.

FERRO, Marc. **O ressentimento na História**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2009.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. A questão agrária na ótica do Partido Comunista do Brasil (PCB) na década de 1950. **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v. 7, n. 7, p. 1-16, mar. 2005.

GINZBURG, Carlo. De A. Warburg a E. Gombrich: notas sobre um problema de método. In.: **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 41-93

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

MOTTA, Márcia & ESTEVES, Leandro da Silva. *Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida*. In: MOTTA, Márcia & ZARTH, Paulo. (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, pág. 243 – 257.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Da utilidade e desvantagem da história para a vida**. In.: Obras Incompletas. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 273-287.

OLIVA, Alfredo dos Santos. Por uma historiografia pós-moderna, pós-virada linguística e interpretativa. In.: GIANNATTASIO, Gabriel & IVANO, Rogério. (Org.). **Epistemologias da História – verdade, linguagem, realidade, interpretação e sentido na pós-modernidade**. Londrina: Eduel, 2011, p. 47 – 99.

OLIVEIRA, Sílvio José de. **Imagens construídas no imaginário social: “esses vermelhos, inimigos de nossa terra”**. In.: Revista Interdisciplinar - UNIVAR, set/2009, pág. 1 – 10.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Dispositivos da interpretação. In.: **Análise de Discurso – princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999, pág. 79 – 100.

PRESTES, Anita Leocádia. **Comunistas no Paraná (1945 – 1964)**. Revista Sociologia e Política, Curitiba, vol. 17, nº 33, jun. 2009, pág. 215 – 219.

PRESTES, Luiz Carlos Prestes. Manifesto de Agosto de 1950. In: VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas**. São Paulo: Hucitex, 1982.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silenciamento**. In.: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SEGATTO, José Antonio. **Breve História do PCB**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

THOMAZ, Fernanda. **A organização do trabalho camponês na visão de Clodomir Santos de Moraes**. In.: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pág. 1 – 16.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. In.: **Lutas e resistências – Dossiê: Dimensões da questão agrária no Brasil**. Londrina: Midiograf, vol. 1, set. 2006, pág. 60 – 75.